



Vinicius Cioci Ferreira Coutinho

Primeira páginas:
**Jornais, elites e o ethos burguês no
contexto das reformas urbanas no Rio de
Janeiro**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós-graduação em História Social
da Cultura do Departamento de História da
PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antônio Edmilson
Martins Rodrigues

Rio de Janeiro
Março de 2018



Vinicius Cioci Ferreira Coutinho

Primeira páginas:
Jornais, elites e o ethos burguês no contexto das reformas urbanas no Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Orientador

Departamento de História - PUC-Rio

Profª Amanda Danelli Costa

Departamento de Turismo - UERJ

Prof. Pedro Felipe Neves de Muñoz

Departamento de História - PUC-Rio

Prof. Augusto César Pinheiro da Silva

Vice-Decano de Pós-Graduação

Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador

Vinicius Cioci Ferreira Coutinho

Vinicius Cioci Ferreira Coutinho, graduou-se em História na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2012. Cursou o mestrado em História Social da Cultura pela PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Coutinho, Vinicius Cioci Ferreira

Primeira páginas : jornais, elites e o ethos burguês no contexto das reformas urbanas no Rio de Janeiro / Vinicius Cioci Ferreira Coutinho ; orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. – 2017.

102 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2017.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. História do Brasil. 4. Rio de Janeiro. 5. Ethos burguês. 6. Imprensa. 7. Reforma urbana. I. Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD:900

Agradecimentos

Agradeço inicialmente aos meus pais, Denise e Sidnei, por todos os sacrifícios que fizeram para me dar a melhor educação possível. Se hoje possuo essa fascinação e interesse pela história, é devido ao incentivo e a liberdade de escolha constante que eles me propiciaram ao longo da minha jornada de estudos, mesmo sabendo a vida de professor e historiador, que hoje possuo, não é famosa por ganhos financeiros. Agradeço também ao restante de toda a minha família, que teve paciência e soube entender minhas diversas ausências de eventos familiares ou presença constante dos materiais da pesquisa, nas vários domingos de churrasco em Inhaúma.

Agradeço ao professor e orientador Antônio Edmilson Martins Rodrigues e aos membros do Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, pela enorme paciência ao longo dos meus estudos. A jornada do mestrado tomou mais tempo do que imaginado e foi marcada por problemas, que poderiam transformar este que escrevo em uma inspiração para um personagem de alguma série americana de baixo orçamento.

Não poderia deixar de agradecer também aos meus amigos, que de diversas maneiras me apoiaram na empreitada que foi fazer o mestrado. Sejam os colegas de trabalho, que algumas vezes trocaram de horário na escola, para que eu pudesse fazer algumas matérias, ou os amigos mais próximos, que apesar de não entenderem absolutamente nada de história, quiçá do tema que eu desenvolvi na dissertação, não me permitiram que eu me desanimasse, nos momentos em que tudo parecia dar errado. Apesar de serem muitos os amigos que eu poderia citar nesse momento, vou poupar o leitor e agradecer em especial ao casal, que tenho o prazer e o orgulho de ter como irmãos desde os tempos da graduação, Maycon e Ana, que além de terem lido o texto da dissertação de forma crítica e rigorosa, dosado pelas gozações à minha pessoa, compreenderam, mais do que ninguém, o que significa fazer essa pós-graduação.

E por fim, agradeço a Oxalá que me concede força de vontade quando mais necessito. E a medicina, que me manteve minimamente saudável para conseguir lidar com todos os percalços ao longo dessa etapa.

Resumo

Coutinho, Vinicius Cioci Ferreira; Rodrigues, Antônio Edmilson Martins. **Primeira páginas: Jornais, elites e o ethos burguês no contexto das reformas urbanas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2018. 102p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No presente trabalho, pretende-se analisar e compreender as formas com as quais se estabelece e se consolida a razão burguesa, no ambiente urbano da Cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do século XX. Para isso, mobiliza-se a atividade, em um primeiro momento, de visualizar o surgimento da razão burguesa no contexto da modernidade do século XIX, aproximando as suas características presentes no ambiente europeu, apresentadas por uma vasta literatura e trabalhos de autores como Richard Sennett, da realidade carioca. Em seguida se apresenta a paisagem sócio-política do Rio de Janeiro, relacionando o *ethos* burguês com a antiga tradição cultural existente na cidade, indicativo da dificuldade de criar um discurso uníssono, que atendesse a necessidade do Estado e das elites. Para observar tal dissonância, executa-se a análise da produção jornalística ao longo dos anos de 1903 e 1904, período de maiores transformações oriundas das reformas urbanas que se sucediam na cidade e, vitrine para os conflitos de interesses entre os habitantes do Rio de Janeiro. É por meio do discurso da imprensa que as elites buscam formar uma opinião pública na cidade. Por meio da percepção das falas das nos jornais, pretende-se demonstrar como os episódios de tensão entre as elites cariocas, governo e a população possibilitaram o estabelecimento da razão burguesa como discurso uníssono na cidade.

Palavras-chave

História do Brasil; Rio de Janeiro; Ethos burguês; Imprensa; Reforma urbana.

Abstract

Coutinho, Vinicius Cioci Ferreira; Rodrigues, Antônio Edmilson Martins (Advisor). **First pages: Newspapers, elites and the bourgeois ethos in the context of the urban reforms in Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2018. 102p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In the present work, we intend to analyze and understand the ways in which the bourgeois rationality is established and consolidated in the urban environment of the City of Rio de Janeiro in the late nineteenth and early twentieth centuries. For this, in a first moment, the activity of visualizing the emergence of bourgeois rationality is mobilized in the context of nineteenth-century modernity, bringing together its characteristics present in the European environment, presented by a vast literature and works by authors such as Richard Sennett, of the city's reality. After that, the socio-political landscape of Rio de Janeiro is presented, linking the bourgeois *ethos* with the old cultural tradition in the city, indicative of the difficulty of creating a unison speech that would meet the needs of the state and the elites. In order to observe this dissonance, the analysis of journalistic production is carried out over the years 1903 and 1904, a period of major changes resulting from the urban reforms that took place in the city, and a showcase for conflicts of interest among the inhabitants of Rio de Janeiro. It is through the press speech that the elites seek to form a public opinion in the city. Through the perception of the lines of the newspapers, it is tried to demonstrate how the episodes of tension between the Rio elites, government and the population made possible the establishment of bourgeois reason as a unison speech in the city.

Keywords

Brazilian History; Rio de Janeiro; Bourgeois Ethos; Press; Urban reform.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1 – MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO E RAZÃO BURGUESA.	18
1.1 Definindo a razão burguesa	23
1.2 A razão burguesa e o Brasil	36
2 – A IMPRENSA COMO ESPAÇO DE FALA DAS ELITES CARIOCAS.	47
2.1 A imprensa no Rio de Janeiro	48
2.2 As ideias de progresso e civilização na imprensa carioca	62
2.3 Executando o discurso	67
3 – QUANDO AS FALAS DIVERGEM: AS CISÕES ENTRE AS ELITES, GOVERNO E O POVO NO CONTEXTO DAS REFORMAS URBANAS.	76
3.1 A brigada dos mosquitos	77
3.2 A questão da vacinação obrigatória	86
4 – CONCLUSÃO	100
5 – Referências bibliográficas	104

Lista de figuras

Figura 1 - Honoré Daumier, The First-Class Carriage, 1864.	34
Figura 2 - Honoré Daumier, The Second-Class Carriage, 1864.	35
Figura 3 - Charge da capa do jornal Gazeta de Notícias, dois de agosto de 1904.	49
Figura 4 - Charge da capa do Jornal do Brasil, quinze de abril de 1904.	85
Figura 5 - Charge de capa do Jornal do Brasil, quatorze de julho de 1904.	90
Figura 6 - Charge do Jornal do Brasil, vinte e oito de agosto de 1904.	93

Introdução

A presente dissertação tem como objetivo analisar como se estabelece a razão burguesa e, compreender as formas com as quais esta vai se consolidar como conjunto de novos referenciais nas práticas socioculturais na cidade do Rio de Janeiro a partir do final do século XIX e início do século XX.

Entende-se como razão burguesa o modelo de vida que desponta nas sociedades ocidentais, orientadas pelas modificações promovidas pelo capitalismo industrial e por mudanças geopolíticas. Tais transformações vão redefinir o *ethos* que existia nos grandes centros urbanos de tal forma que os homens precisaram repensar diversas áreas do seu cotidiano, como suas noções de espaço público e de intimidade. A razão burguesa se apresenta nesse momento, como um novo paradigma social, que vai se consolidar e permanecer presente, ainda não na mesma forma, até os dias atuais.

A cidade do Rio de Janeiro era a capital do país, logo, centralidade política tanto na República que se instaura no Brasil, como durante o Império que findara, era natural que a metrópole fosse o primeiro lugar da nação aonde esse *ethos* desembarca e vai se disseminar com mais facilidade. Essa chegada à cidade vai fazer com que a razão burguesa entre em conflito com os valores culturais que aqui ainda existiam oriundos de uma antiga secularização, baseada na escravidão e na política centralizadora do império.

A partir do governo Rodrigues Alves o ímpeto transformador do Estado vai se acentuar, com a implementação do projeto de reforma urbana na cidade. Na realidade, a ideia de se repensar no espaço urbano carioca já existia desde os tempos do Império, mas a tensa realidade política e econômica do antigo governo atrapalhou o desenvolvimento de medidas mais radicais de transformação urbana. No momento em que Rodrigues Alves assume a presidência, a situação econômica brasileira encontrava-se estável -, depois dos anos de recessão provocados pelo *Encilhamento* -, além do fato de que politicamente a estabilidade já havia sido consolidada no governo anterior de Campos Sales.

Logo, coube ao presidente paulista a execução do remodelamento da cidade. Para tal feito, o Estado executa duas reformas distintas: a primeira reforma era conduzida pelo governo federal, coordenada pelo, então ministro das Viações e Obras Públicas, Lauro Müller, enquanto a reforma urbana municipal, era coordenada pelo prefeito Pereira Passos, que fora colocado no comando do município pelo presidente Rodrigues Alves no final de 1902¹.

A opção pelo corte temporal no período da reforma urbana do Rio de Janeiro se dá pelo fato de que nos anos em que ela é executada, a tensão entre o antigo modo de vida da cidade e a razão burguesa está mais nítida. Onde, a resistência aos novos ritmos e costumes, por parte da população carioca é mais perceptível, pois seu cotidiano é profundamente afetado pelas transformações materiais. A escolha do período também é reflexo de um referencial historiográfico, que elegeu tal período como símbolo para delimitar esse conjunto de transformações.

O ato de analisar as primeiras quatro décadas da experiência republicana não é nenhuma novidade para a historiografia brasileira, visto que vários artigos e trabalhos contemplam essa temática. Em um espaço de setenta anos, aproximadamente, três gerações de historiadores, produziram conhecimentos sobre esse corte temporal. Grande parte dos trabalhos, que hoje são considerados parâmetros para os estudos do período estão situados nos décadas de 1970 a 1990, e são reflexos dos questionamentos daquele período. Essa geração de pesquisadores produziu conceitos que olharam para introdução da razão burguesa e o desenvolvimento das reformas como a imposição de um modelo de modernidade por parte das elites brasileiras que garantiria sua manutenção no poder. Assim, a realidade carioca foi interpretada por uma perspectiva dicotômica, onde as classes sociais batalhavam pelo controle e/ou resistência no espaço urbano.

Por mais que tais obras auxiliem na interpretação do período, elas não norteiam o pensamento em que essa dissertação se propõe. O trabalho segue os passos das produções historiográficas mais recentes, que pensam na realidade da

¹ AZEVEDO, André Nunes de. “A Reforma Pereira Passos: Uma tentativa de integração Urbana”. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. n.10, 2003.

cidade do Rio de Janeiro para além, das relações rígidas entre as classes, que resultaram na exclusão das camadas populares e a dominação por parte das elites. As pesquisas contemporâneas sobre o período da Primeira República e sobre a reforma urbana da cidade buscam visualizar nas relações entre as diversas camadas sociais no período, a compreensão de estas se configuravam numa trama maleável de múltiplos interesses, com diversos atores agindo em diferentes esferas de saber e poder, tanto por parte das elites, como por parte das classes populares.

Dessa forma, não se objetiva entender como a razão burguesa fortaleceu o domínio das elites ou, como manteve as camadas populares excluídas do poder, mas sim como esse determinado conjunto de valores culturais se enraizou na realidade brasileira, adquirindo novas perspectivas e posturas no momento em que passa a conviver com valores culturais distintos. Questiona-se como a população, sejam os membros da elite política republicana ou os estratos mais pobres da cidade, vão interagir entre si e se reconhecer dentro desse novo quadro que se figura, criando tensões, aproximações e discursos conflitantes ou uníssonos sobre o cotidiano carioca.

Além disso, reside no trabalho à indagação fundamental de como as falas existentes vão ser levadas ao espaço de sociabilização das ruas, avenidas, cafés e repartições espalhadas pela cidade. Como no início do século XX, a realidade era distinta da atual, onde os meios de comunicação estavam reduzidos, optou-se pela análise da produção da imprensa da época como possibilidade de alcançar tais discursos. Nesse sentido os jornais, que eram os grandes veículos de notícias da época, se apresentam como formadores da opinião pública, como interlocutores do discurso do Estado, das elites e das camadas pobres cariocas. Se a imprensa é a responsável por fazer esse “meio de campo” na cidade, distribuindo falas para todos os lados do campo, é por ela que a razão burguesa pode buscar se consolidar criando uma possibilidade de um único discurso uníssono.

A partir do esclarecimento do recorte temático e dos questionamentos que este trabalho se propõe a adotar, torna-se necessário clarificar seu quadro teórico. O trabalho tem como matriz historiográfica o campo da história cultural, pois esta ramificação da historiografia tem como princípio fundamental a análise, dentro de

um contexto social, dos mecanismos de produção de um objeto cultural, e também os seus mecanismos de recepção, na medida em que o ato receber se constitui também em uma forma de produção.

Como fontes teóricas para o entendimento da modernidade, foram usadas como lastro as obras de Marshall Berman, Walter Benjamim, Richard Sennett. Ainda que sigam caminhos distintos para a compreensão de tal fenômeno, os trabalhos atuam como fios condutores para o entendimento do embate entre modernidade, modernização, cultura e seus impactos nas sociedades da época. Com o intuito de promover o diálogo e o melhor entendimento do pensamento dos autores citados, algumas obras literárias estrangeiras, de autores como Edgar Allan Poe, Charles Baudelaire e Charles Dickens foram examinadas e utilizadas na dissertação.

Para a abordagem do contexto histórico do início do século XX, as leituras das obras sobre a experiência republicana e o evento da modernidade no país por meio da cidade do Rio de Janeiro tornam-se necessárias. Autores como Sidnei Chalhoub, Mônica Velloso e Jaime Benchimol, por exemplo, auxiliam a criar um panorama inicial sobre o recorte histórico escolhido, indicando através de suas análises minuciosas das formas políticas, da vasta produção literária ou da interpretação de documentos governamentais, como se apresentam as representações ideológicas e culturais dessa incipiente realidade moderna.

Nesse caminho para o entendimento da experiência da razão burguesa na cidade, destaca-se o trabalho de André Azevedo sobre os conceitos de *civilização* e *progresso* no período do Império e nos anos da reforma urbana. A chave interpretativa fornecida pelo autor, de como tais definições é percebida pelas elites, - onde seus sentidos acabam se transformando ao longo das décadas e influenciando o compasso das modificações adotadas pelo governo -, norteia o pensamento aqui proposto de como tais conceitos são fundamentais na observação da dissonância dos discursos da imprensa e do Estado. Se tal alinhamento das falas não ocorre, em determinados momentos, isso é devido à hierarquização que

tais conceitos sofreram, na esfera moral, resultante do embate de *ethos*² (Azevedo, 2003, 23).

Em relação à função da imprensa e sua utilização por parte da elite intelectual brasileira para debater e disseminar a sua razão burguesa, utiliza-se algumas obras, com o objetivo de elucidar quem eram os intelectuais, os jornalistas e os editores envolvidos na produção dos discursos a serem estudados. Além disso, buscaram-se obras que permitissem o entendimento claro do funcionamento da imprensa, expondo o impacto que as transformações materiais exercem sobre a produção jornalística, no que diz respeito à confecção, distribuição e até mesmo a disposição das notícias em suas páginas.

Assim sendo, o trabalho se utiliza amplamente da imprensa como sua fonte primária para a compreensão da razão burguesa na cidade. Foram analisados os periódicos *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *O Paíz*, durante os anos de 1903 e 1904. O emprego de tais jornais se deve a percepção de que o discurso da imprensa não era necessariamente igual e, por isso, se optou pela leitura dos três como forma de tentar perceber se havia um parâmetro nos periódicos no que diz respeito às suas falas. Além dos jornais referidos, se utilizou de algumas edições da revista *Kosmos*, além de fragmentos de obras literárias de Machado de Assis e João do Rio. Ainda que estivessem presentes nos conteúdos dos jornais, as crônicas são um recurso inestimável em qualquer análise do Rio de Janeiro, dentro do corte temporal estabelecido. Para servir como contraponto em alguns discursos adotados pela imprensa, optou-se por citar algumas falas oficiais do governo.

Quanto à estrutura que organiza o desenvolvimento da dissertação, decidiu-se por dividi-la em três capítulos. O capítulo I se inicia expondo ao leitor as transformações que surgem com o advento da modernidade, apresentando suas características e como ela foi interpretada pela literatura, ao ser introduzido em grandes metrópoles como Londres e Paris. A partir dessa introdução, expõe-se o

² AZEVEDO, André Nunes de. “*Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*”. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. 2003. Página 23.

que se entende por razão burguesa e características a compõe. A interpretação de Richard Sennett sobre o impacto do capitalismo industrial na vida pública atua como uma bússola para se traçar uma rota, para a introdução do *ethos* burguês na cidade do Rio de Janeiro. Definido o percurso, expõe-se como a razão burguesa atua na capital federal, apontando para a questão dos conceitos de *civilização* e *progresso*, além da apresentar ao leitor a reforma urbana.

O capítulo II tem como foco a análise da imprensa no contexto das reformas. Assim, apresenta-se como esta era composta no início do século XX, apresentando quem eram os membros da redação -, destacando a relação entre os literatos e divulgação de suas ideias nos jornais -; os impactos das tecnologias que possibilitaram o aumento da tiragem e circulação dos jornais; a disposição física das notícias, abordando o uso de charges, das propagandas e do sensacionalismo. Todo esse quadro é composto para, posteriormente analisar a formação da opinião pública por parte da imprensa, que flutua entre os conceitos de *civilização* e *progresso*. Por fim, realiza-se o início da exposição do discurso da imprensa, apresentando, nesse momento, episódios onde a imprensa almeja criar uma imagem ideal das transformações materiais pelas quais a cidade passava, criando retratos positivos do prefeito Pereira Passos e da reforma em si.

A análise do discurso da imprensa continua ao longo capítulo III, contudo apresentam-se agora momentos onde há uma dissonância entre os diálogos dos jornais e os interesses do governo. Nesses episódios trabalhados, o objetivo é indicar que as elites não necessariamente pensavam de forma homogênea, ainda que atuassem para um objetivo comum: consolidar a razão burguesa como referencial cultural brasileiro. Assim, ao expor os conflitos entre a população e o governo, nos episódios de greve e da oposição à vacinação obrigatória, a imprensa busca consolidar não só a sua capacidade de manipular a opinião pública, mas também a sua posição no jogo de poder que se cria, ao ter o monopólio da informação.

Enfim a perspectiva que perpassa os três capítulos dessa dissertação é de compreender a consolidação da razão burguesa na cidade do Rio de Janeiro, por meio da análise dos discursos adotados pela imprensa ao longo do período da

reforma urbana da cidade. O poder de formar uma opinião pública, moldada nos seus objetivos faz com que os jornais ganhem mais poder de manipulação sobre o Estado e a população, o que vai ser de extrema importância para as elites, que nesse momento, buscam coadunar seus referenciais de *civilização* e *progresso* para garantir o sucesso do novo *ethos*.

1 - Modernidade, Modernização e razão burguesa.

Uma transfusão, tudo o que puder definir melhor, pela repetição e graduação das formas e dos estados, aquele particular fenômeno, podes emprega-lo no outro e neste capítulo – Machado de Assis.

É provável que, em breve, para meter ferro a São Paulo, possamos enviar à gente paulista esse telegrama: “Cessou ontem a tração elétrica em toda a cidade; foi restabelecida a tração animada em todas as linhas. As mulas, as bestas e os burros voltaram ao serviço ativo. Reina grande regozijo. Foi oferecido ao Museu Nacional o carro elétrico que fez sua última viagem. Viva ao Progresso!” – João do Rio.

A partir da segunda metade do século XIX tem início na Europa e, posteriormente, em outras regiões do globo um intenso processo de transformações socioeconômicas, orientadas pelas modificações promovidas pelo capitalismo industrial e por mudanças na geopolítica, como o esfacelamento definitivo das estruturas do Antigo Regime. Cidades como Paris e Londres, por exemplo, vão mudando seus aspectos de antigos centros políticos cristalizados por grandes estruturas arquitetônicas, indicativas do poder que anteriormente regera esses locais, para novos edifícios oriundos de novas perspectivas e de experiências transformadoras, como as revoluções que envolveram Paris de 1789 até 1848.

Nesse ambiente, nações como Inglaterra, França e Alemanha, que eram predominantemente rurais vão caminhando, a passos largos, em direção à completa e definitiva urbanização que é percebida e sentida, ainda que de maneira inconsciente pela população.³ Porém, é observada, relatada e admirada e/ou questionada por aqueles que a respiram diariamente. Esse fenômeno, a “*Revolução Urbana*” nos foi apresentado por meio de imagens, de diversas formas pela literatura contemporânea. Charles Dickens, aturdido pelas consequências tóxicas trazidas pela industrialização, ao criar a fictícia cidade de *Coketown*, para a obra *Tempos Difíceis*, nos dá a seguinte descrição da referida urbe:

³ SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2016. Página 322.

Era uma cidade de tijolos vermelhos, os de tijolos que seriam vermelhos, caso as cinzas e as fumaças permitissem; mas, no estado das coisas de então, era uma cidade de vermelhos e negros antinaturais, como o rosto pintado de um selvagem. Era uma cidade de máquinas e chaminés altas, pelas quais se arrastavam perenes e intermináveis serpentes de fumaça que nunca se desenrolavam de todo. Havia um canal negro um rio que corria púrpura por causa da tintura malcheirosa, e grandes pilhas de edifícios cheios de janelas, onde se ouviam ruídos e temores o dia inteiro, e onde o pistão das máquinas a vapor trabalhava monótono, para cima e para baixo, como a cabeça de um elefante em estado de loucura melancólica. Havia ruas largas, todas muito semelhantes umas às outras, e ruelas ainda mais semelhantes umas às outras, que saíam e entravam nos mesmos horários, produzindo os mesmos sons nas mesmas calçadas, para fazer o mesmo trabalho, e para quem cada dia era o mesmo de ontem e de amanhã, e cada ano o equivalente do próximo e do anterior.⁴

A construção criada pelo autor britânico, em 1854, acabou por tornar-se uma visualização célebre dos impactos negativos da industrialização para a sociedade da época e um alerta para os seus futuros leitores. Ainda que seja uma perspectiva fatalista e descrente da realidade, ela nos aponta para dados interessantes como a padronização das ruas e dos hábitos dos trabalhadores e, principalmente, a passividade ao viver o cotidiano.

O apoio que a literatura nos dá neste trabalho parte da ideia definida por Luiz Costa Lima de que a arte, como um todo, tornou-se autônoma e definiu uma nova subjetividade, que possibilitou a literatura trabalhar com a verossimilhança através de um pacto, nesse caso o pacto ficcional, e não mais pela semelhança.⁵ Isso explica o fato de Dickens conseguir por meio, de uma característica dos *novels* ingleses – a suspensão da incredulidade do leitor, por meio da exposição de comportamentos e relações sociais –, construir personagens que garantam uma identificação constante, no campo da subjetividade, com *ninguém* em específico. Muitas vezes na obra, os leitores são convidados a olhar de cima as atitudes e loucuras dos personagens, e era esperado que se pusessem no lugar destes. O fato de não ser uma pessoa real, de não haver a possibilidade de ter um sócio e, principalmente, não sentir algo por uma pessoa de verdade facilitava tudo. Logo, a escolha de Dickens de descrever a cidade de um ponto de vista externo, como se observasse a conurbação como um mero espectador, um espírito que a transita, cruzando fábricas, casas, ruas e vielas, sem ser afetado por esta é proposital.

⁴ DICKENS, Charles. *Tempos Difíceis*. São Paulo: Boitempo, 2015. Página 37.

⁵ LIMA, Luiz Costa. *Mimeses e modernidade: Formas das Sombras*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Contemporâneo de Dickens, mas circunscrito em um espaço diferente, Paris, Charles Baudelaire foi eleito por muitos estudiosos como o autor que melhor conseguiu expressar a ideia de modernidade, afinal é o próprio que dá a realidade tal termo -. Em seus pequenos poemas em prosa – *Spleen de Paris* nos dá a seguinte descrição de um dia de feriado na capital francesa:

Por todos os lados exibia-se, espalhava-se, divertia-se o povo em férias. Era uma dessas solenidades pelas quais, durante longo tempo, esperam os saltimbancos, os mágicos, os domadores de animais e os vendedores ambulantes, para compensar os maus momentos do ano. [...] Tudo era luz, poeira, grito, alegria, tumulto; uns gastavam, outros ganhavam — uns e outros, igualmente, felizes. As crianças penduravam-se nas saias de suas mães para obter um torrão de açúcar ou subiam nos ombros de seus pais para melhor ver um mágico deslumbrante como um deus. E por toda parte circulavam dominantes, todos os perfumes, um odor de fritura que era como que o incenso dessa festa.⁶

Diferente de autor inglês, Baudelaire não tem como objetivo fazer necessariamente uma crítica das transformações industriais que estão sendo promovidas, mas sim, orientar-nos nas direções primárias da vida moderna, ainda que suas concepções da modernidade sejam opostas muitas vezes umas as outras.⁷ Preliminarmente, o poeta se entende como um ser envolvido nessa prática do cotidiano, um agente que vive, reproduz e cria tal experiência. Não é a toa que em seu texto *O pintor da vida moderna*, ao descrever as características necessárias ao observador ideal desta nova realidade ele afirma que “a multidão é o seu universo” e que sua “profissão é desposar a multidão”.⁸

Posteriormente, na prosa *A perda da Auréola*, ao narrar seu encontro em um lugar de reputação questionável - “você por aqui, meu caro?”⁹ -, com um cidadão comum, que o reconhecia, admira e idealiza a vida artista ao ponto de pensar nele como um indivíduo superior, - “bebedor de quintessências? O

⁶ BAUDELAIRE. Charles. *Pequenos poemas em prosa [O Spleen de Paris]*. São Paulo: Hedra, 2011. Página 79.

⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Página 161.

⁸ BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Página 170.

⁹ BAUDELAIRE. Charles. *Pequenos poemas em prosa [O Spleen de Paris]*. São Paulo: Hedra, 2011. Página 215.

comedor de ambrosias”¹⁰-, Baudelaire brinca com a ideia de ter perdido, no meio da confusão e da lama do bulevar, a sua “auréola”, nesse caso interpretado como a santidade da arte e aquilo que faz o poeta distinto do cidadão comum. Porém, mais do que a perda do sagrado no fazer artístico, o que nos interessa é que o autor, de maneira cômica, nos apresenta que ele é apenas mais um na multidão, mostrando que no espaço público em meados do século XIX, é um local onde não há distinções ou “halos” entre intelectuais, burgueses ou trabalhadores.

Outro momento em que Baudelaire que nos apresenta essa transformação do espaço público é o texto *Os olhos dos pobres*. Ao descrever, pelo ponto de vista do narrador, sua tentativa de explicar a sua amante por que se sente tão distante desta, acaba narrando um evento que ambos os personagens haviam partilhado anteriormente. O jovem casal se encontrava em um café, que foi descrito pelo autor da seguinte forma:

O café reluzia. Até o gás ostentava ali todo o ardor de um começo e iluminava com toda a força as paredes ofuscantes de brancura, a superfície deslumbrante dos espelhos, o ouro das molduras e cornijas.¹¹

A descrição do café é fundamental, porque atua como um contraste em relação ao ambiente da rua – “avenida nova, ainda apinhada de cascalhos e já exibindo gloriosamente seus esplendores inacabados”¹², ou seja, a desordem da avenida em relação à calma do estabelecimento. O café tem um papel fundamental na realidade do final do século XIX e início do XX. De acordo com o sociólogo Richard Sennett, com as grandes avenidas abertas pelo barão Haussmann, as calçadas passaram ser utilizadas e diversos cafés foram abertos nessas novas vias.¹³ Sobre seus frequentadores diz o autor norte-americano:

A clientela constituía-se de pessoas de classes médias altas, pois o preço das bebidas afastava os mais pobres. Além disso, seus frequentadores esperavam ter o direito de ficar a sós e em silêncio.¹⁴

¹⁰ Ibidem.

¹¹ BAUDELAIRE. Charles. Op. cit. Página 133.

¹² Ibidem.

¹³ SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2016. Página 344.

¹⁴ Ibidem.

A ideia de ficar a sós e ter um momento de intimidade são exatamente o que o casal do conto esperava, porém é interrompido pelos olhares de uma família de pobres – um pai, um filho jovem e um bebê –, que observava o estabelecimento e a fartura do jantar do casal pela vitrine. A fascinação da família não tem nada de agressivo; sua visão do abismo entre os dois mundos é sofrida e resignada, aponta Marshall Berman ao esmiuçar esse conto de Baudelaire. Ao sentir-se observado, o narrador fica incomodado, envergonhado e sensibilizado ao perceber a proximidade da miséria, enquanto ele está em um momento de fartura. E é nesse momento que o autor nos trás seu *plot-twist*: ao olhar para sua amante e buscar nesta o mesmo pensamento, ele se depara com o oposto: a repudia e o nojo em relação à família que os visualizavam.

Esse nojo sentido pela amante do narrador é resultante do individualismo moderno que surge nessa época. Espaços como a rua, os cafés, se tornam lugares para circulação ou para serem vistos e não mais locais destinados à conversa. O espaço público se torna aos poucos um espaço silencioso. Além disso, afirma Sennett que as pessoas não acolhiam as diferenças, criando hostilidade e, possivelmente apenas a tolerância.¹⁵

Baudelaire, assim como Dickens em suas obras, nos apresenta a tensão presente na realidade do século XIX: por mais bela e autêntica que seja a vida moderna que se inicia, por mais que ela apresente um mundo de novas possibilidades e tecnologias advindas da industrialização, as relações sociais se transformaram de tal forma que os homens precisaram repensar suas noções de espaço público e de intimidade, pois os limites outrora estabelecidos já não davam mais conta, e as idealizações também não atendiam as necessidades de uma população que se transformou tão radicalmente em tão pouco tempo. Seja por meio de uma análise pessimista e crítica como em *Tempos Difíceis*, ou seja, por meio da ironia do *Spleen de Paris*, a diferença, a desigualdade social e a convivência se tornaram desafios a serem batidos, derrotados, tolerados ou pacificados.

A questão que permeia esse capítulo é clarificar como essas modificações das relações sociais, que são introduzidas pela ascensão burguesa no século XIX,

¹⁵

SENNETT, Richard. Op. Cit. Página 360.

e permanecem no início do século XX, de fato alteram a realidade e convívio diário das pessoas. De que forma essa *razão burguesa* se articula e se transmuta no espaço público e individual da sociedade, redefinindo conceitos como intimidade e liberdade individual, de uma forma que novos papéis são atribuídos na dinâmica do cotidiano. É claro que, para executar tal tarefa torna-se necessário elucidar o que aqui se entende por razão burguesa.

1.1 Definindo a razão burguesa

A ideia de uma razão burguesa surge da relação intrínseca entre os conceitos de modernidade e modernização. A partir da premissa que a modernidade engloba um conjunto de questões, que alguns escritores e pensadores – Baudelaire e Dickens são apenas alguns destes -, colocaram em evidência, torna-se necessário esclarecer que o conceito não está petrificado apenas no aspecto de que o moderno é encarado como uma espécie de puro espírito, que se desenvolve em função de imperativos artísticos e intelectuais autônomos; assim como o conceito de modernização não diz respeito apenas a um complexo de relações políticas, econômicas e sociais que, ao serem fixadas, desencadeariam modificações sem qualquer interferência dos espíritos e da alma humana.¹⁶ Ao mesmo tempo, a ideia de uma razão burguesa aqui apresentada não deixa de ser um *Ethos burguês*, já que se refere às características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento de uma determinada pessoa ou cultura. O *Ethos* se refere ao espírito motivador das ideias e costumes da classe burguesa. Erick Hobsbawm afirma ao longo de seu trabalho a *Era do Capital* que o burguês, como ator desse novo palco, vai criar novas práticas a partir do momento em que o seu estilo de vida prevalecia sobre o estilo de vida aristocrático.¹⁷ Além disso, o autor britânico ainda aponta que:

O que ela realmente exerceu foi a hegemonia, e foi o que determinou de forma crescente a sua política. Não havia alternativa para o capitalismo como método de desenvolvimento econômico, e na época isso implicava a realização do programa

¹⁶ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Página 158.

¹⁷ HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Página 378.

econômico da burguesia liberal (com variações locais), assim como a posição crucial da burguesia dentro do Estado.¹⁸

A interpretação de Hobsbawm é importante já que ele apresenta uma concepção do ethos burguês, porém está imersa em um conjunto de questões da historiografia marxista. Ao falar na existência de estilos de vida distintos: o burguês e o aristocrático ficam subentendidos que a razão burguesa não destrói a tradição anterior, e sim tenta exercer sua predominância no cotidiano, daí o conceito de hegemonia usado pelo autor britânico. Porém o conceito de hegemonia nos remonta à luta de classe, que não é o nosso interesse nesse trabalho. A outra questão identificada é o protagonismo dado ao capitalismo ao longo de sua argumentação. Não se trata de retirar do capitalismo industrial sua importância. Porém, ele não é o único responsável pela formação da razão burguesa.

Já a análise de Richard Sennett em *O Declínio do Homem Público* apresenta um conjunto de fatores para a formação do ethos burguês. Para o autor norte-americano o que se compreende como razão burguesa é o processo desencadeado por determinadas forças, que são: o capitalismo industrial, que ficou marcado no senso comum como o grande responsável pela potência transformadora da realidade; e a criação de uma nova tradição, o que o Sennett nomeia como secularização, ao longo do século XIX, oriunda do colapso da realidade do antigo regime, que modifica a perspectiva das pessoas com relação ao estranho e ao desconhecido. Assim também a sua relação com os resquícios, às permanências dessa tradição que foi rompida. Afinal, o antigo modelo de vida não é simplesmente obliterado da noite para o dia.

O Capitalismo industrial

O capitalismo industrial atua dentro da perspectiva da razão burguesa, por mecanismos já bem descritos e esmiuçados pelas ciências humanas. Ele impõe novos ritmos e hábitos na cultura urbana, a partir do desenvolvimento de lógicas produtivas inéditas, criando a ideia de um consumo e distribuição em massa. Isso

¹⁸

Ibidem. Página 376.

vai permitir, por exemplo, o surgimento da *loja de departamentos*, que ao expor e vender - em suas recém-criadas vitrines -, uma ampla quantidade de mercadorias, concebidas em uma grande escala de variedades, formatos, cores e tamanhos, permitiram com que as pessoas optassem pelo produto de maior agrado, baseado não só em uma questão de preços, mais também, a partir de qualidades humanas que passaram a ser dotadas a estes produtos. Ou seja, um dos reflexos do capitalismo industrial na razão burguesa é a mistificação dos produtos ou, como definido por Karl Marx, o “fetichismo das mercadorias”.

Além, disso, o capitalismo industrial vai transformar completamente o domínio da vida pública. Tal feito se dá por meio de ações em planos distintos, que necessitam ser clarificados aqui. O primeiro plano diz respeito às modificações nítidas, que afetam de maneira evidente o cotidiano das pessoas em um aspecto físico. Já o segundo plano é o das conversões que não implicam, necessariamente, nas estruturas físicas da realidade, mas sim, atuam no psicológico, nos comportamentos intrínsecos dos indivíduos. O exemplo citado no parágrafo anterior, à ideia do fetichismo de mercadorias de Marx, é uma dessas metamorfoses que o capitalismo industrial possibilita que vai atuar no âmbito interno dos homens. Porém, a existência da loja de departamentos só foi possibilitada por mudanças radicais no aspecto urbano das cidades, ao transformar o conceito de circulação dos corpos por esta. Logo, as esferas de transformações promovidas pelo capitalismo então entrelaçadas de tal maneira, que não se consegue enxergar uma sem observar a outra.

A maior transformação física que o capitalismo industrial executa a partir do século XIX é a remodelação do ambiente urbano. A transição de sociedades anteriormente rurais para a realidade da mecanização ocorre de forma abrupta, devido ao ímpeto das inovações tecnológicas, associado à imaginação desenfreada dos urbanistas da época. Várias cidades da Europa vão passar transformações emblemáticas em sua malha citadina, mas o modelo que servirá de arquétipo de urbanização do mundo ocidental é de fato Paris.

O enredo da reforma urbana parisiense já nos é conhecido e discutido há muito tempo. Napoleão III encarrega Georges Eugene Haussmann, prefeito de Paris e arredores, de promover a criação de bulevares, mercados centrais, óperas e

sistemas de esgoto, para que a velha cidade medieval e renascentista morresse e uma nova urbe imperial, digna do poder de Luis Napoleão, surgisse. Nesse momento não se pretende esmiuçar esse novo modelo de planejamento urbano, pois tal tarefa será feita posteriormente no texto. Mas é necessário apontar para que a reforma urbana – seja a Paris de Haussmann ou a Londres de John Nash –, cria um novo conceito de circulação de pessoas e de capital. E é essa circulação, executada nos bulevares que permite que o café do poema de Baudelaire seja verossímil e que o conceito da loja de departamentos tenha sucesso, como aponta Sennett:

Mas a loja de departamentos, ainda que complementar a fábrica, ainda que produto da burocracia impessoal, não teria sido bem sucedida sem o concurso de uma multidão de compradores. [...] A criação de grandes dos *grands boulevards* em Paris na década de 1860 ajudava a tornar isso possível. A criação de um sistema de transportes, em Paris e Londres, tornava isso ainda mais realizável.¹⁹

O novo secularismo

Sendo a razão burguesa um produto da ascensão de um específico estrato social – a burguesia –, ao poder no espaço público a partir do final do século XVIII, é natural que a tradição anterior, a circunscrita na realidade do Antigo Regime fosse substituída por uma nova tradição, que atendesse aos anseios desse grupo. Nesse caminho, rotinas foram redefinidas, convenções modificadas e ideais como a família foram projetados sobre esse singular escopo que surgia. Eric Hobsbawn em sua obra, *A invenção das Tradições* aponta, dentro da lógica marxista que:

[...] Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.²⁰

¹⁹ SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2016. Página 211.

²⁰ HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Página 11.

Essa tradição que se cria também pode ser vista como uma espécie de processo de secularização, como defendido por Richard Sennett. Ainda que o conceito de secularização se refira ao surgimento de um modo de vida que não mais está estruturado em torno de uma visão firmada em hábitos ligados à religiosidade, a ideia é transcender a rigidez do termo e pensar neste como um conjunto de signos e significados que permitem a compreensão das coisas e as pessoas. Diferente do tradicional pensamento weberiano, Sennett afirma que o secularismo do século XIX era completamente distinto, pois:

Baseava-se em um código do imanente, de preferência ao transcendente. Sensações imediatas, fatos imediatos, sentimentos imediatos já não tinham que se encaixar em um esquema preexistente para serem entendidos. O imanente, o instante, os fatos eram realidades em si e por si mesmos. Os fatos são mais fiáveis do que o sistema – ou, melhor dizendo, a sucessão lógica dos fatos tornou-se sistema.²¹

A ideia de uma sociedade que vai construir suas relações no imediatismo, no efêmero se torna muito plausível quando observamos as interações sociais contemporâneas. Um mundo onde as comunicações são instantâneas, por adventos como a internet, telefones celulares e suas redes sociais. Mas retornando ao século XIX, a argumentação continua legítima, pois são os avanços tecnológicos nos campos das comunicações e transportes que promoveram verdadeiras revoluções nos conceitos de instante e imediato, necessitando assim de novas significações. De certo modo, o sagrado das relações sociais, que é a própria interação dos indivíduos *per si*, é de fato dilacerado e costurado de uma nova forma.

A amálgama das novas condições materiais, consequências do capitalismo industrial que se estabelece, com o secularismo surgido da ascensão burguesa, traz ao domínio público um novo agente, que não teria como existir em uma realidade como a do Antigo regime. Esse aspecto que se instaura e permanece, até os dias atuais com a mesma ou, quiçá, mais intensidade que no século XIX, é a personalidade. Nesse sentido, ela se tornou a maneira de se pensar sobre a lógica latente da vida humana. É ela que passa a servir como forma de explicar, como se fosse uma espécie de crença o significado imanente do mundo. O desejo de

²¹ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. Página 40.

consumo não poderia ser possível se a personalidade não tivesse saído do imaginário burguês e adentrado no imaginário coletivo do domínio público.

A personalidade trabalha obviamente em uma ideia de individualidade. Ela se distingue do pensamento tradicional de um caráter natural. A partir desse pressuposto, a personalidade varia de pessoa para pessoa. É diferente nesse caso, passa se entender que os sentimentos dos indivíduos e as aparências das suas emoções são as mesmas. A ideia de uma humanidade comum, que pensa e sente da mesma forma não existe mais.

Se a personalidade varia e assim, a aparência dos indivíduos diverge e, isso implica dizer que as emoções das pessoas passam a ser regidas por sua autoconsciência. O controle que um sujeito tem em relação aos seus sentimentos era baseado na moderação dos seus desejos, principalmente no convívio do espaço público. A questão é que o domínio público que existia fora moldado em um momento onde cada estrato da sociedade pensava e agia de uma determinada maneira e esta forma não havia sido completamente destruída. Logo os homens a partir desse período se encontravam em um dilema: Eles querem experimentar o espaço público, querem expor a sua personalidade, mas se sente compelidos a manter um autocontrole dos seus sentimentos, o que indica que junto com a personalidade surge a ideia de uma intimidade, de uma privacidade.

Ao ligar essa ideia da privacidade e personalidade com a nova lógica de consumo promovida pelo capitalismo, Sennett aponta que ao fim e ao cabo:

Em público, a pessoa observava, expressava-se, em termos daquilo que ela queria comprar, pensar, aprovar, não como resultado de uma interação contínua, mas após um período de atenção passiva, silenciosa, concentrada. Por contraste, o “privado” significava um mundo onde a pessoa poderia se expressar diretamente, assim como seria tocada por outra pessoa; o privado significava o mundo da interação, mas que precisava ser secreto.²²

A relação entre a vida pública e o privado estabelecido pela sua autoconsciência faz com que surjam aparências distintas, que vão atuar como máscaras, e as pessoas por de trás dessas máscaras tem a ilusão de que estarão seguras de que suas intimidades e seus desejos sejam expostos dentro da

²² SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2016. Página 218.

convulsão que passa a ser o cotidiano das cidades. O que elas estão fazendo então é se proteger, misturando-se a multidão. Exatamente como Baudelaire demonstra ao perder seu halo. Perder sua auréola para ele – como já dito anteriormente –, é ser um *homem na multidão*. Mas na realidade é a perda de uma identidade, para ganhar um novo disfarce. A sociedade personalista e intimista que surge a partir do Século XIX é uma sociedade teatral, pois como num palco ela precisa de máscaras ou papéis para atuar.

De acordo com a definição de Sennett, papel é geralmente um comportamento esperado, específico e apropriado a algumas situações.²³ Cantar, emotivamente, o hino do seu clube de coração em um estádio, durante uma partida de futebol, por exemplo, é assumir o papel de torcedor. Porém, executar tal tarefa, por si só, sem um determinado contexto não implica em atribuições de papéis. A emoção em si não é um papel. Logo, essa forma de interação social é envolvida por um código de crença, já que é necessário que as pessoas levem a sério o seu próprio comportamento, o comportamento dos outros e as situações nas quais estão envolvidas, atribuindo valores específicos para cada situação. A dificuldade nos papéis adotados a partir da ascensão da razão burguesa reside no fato de que algumas vezes, os novos padrões de comportamento continuarão a ser interpretados a partir dos velhos códigos de crença ou, algumas condutas permanecem, mesmo após a mudança das tradições. Em algumas situações os papéis até mesmo já mudaram de significações, mas continuam a existir. A rua é um bom exemplo desse caso.

Por fim, esse secularismo que se instaura no século XIX não vai substituir automaticamente e completamente os valores pré-existentes. Na realidade esse processo de troca ocorrerá ao longo de décadas, e nem será algo concluído de tal forma, que se possa dizer que resquícios do modelo anterior não deixaram marcas na sociedade. Pelo contrário, a relação entre os vestígios do antigo modelo e o pensamento imanente que é criado com a modernidade, cria uma série de características fundamentais na definição da razão burguesa.

²³ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. Páginas 57-58.

O silêncio e a observação no espaço público

Da antiguidade a contemporaneidade o ato de conviver entre as pessoas foi se metamorfoseando de tal forma até chegar à maneira em que percebemos hoje, onde a tecnologia nos permitiu uma vida completamente desassociada da vida pública. A vida humana a partir da segunda metade do século XX se tornou privada a tal ponto de que não precisamos mais vivenciar o espaço público, pois, a internet faz com que possamos conhecer os diversos comportamentos humanos e consumir um cardápio variado de produtos, sentados no conforto de nossos lares, evitando ao máximo o contato com as pessoas. Se hoje, chegamos a tal situação limite é sinal de quem em algum determinado momento nos perdemos da imagem *flâneur* de Baudelaire e acabamos por abrir mão de nos perdermos na multidão. No século XIX havia um relacionamento íntimo entre o tomar as aparências como sinais da personalidade e o tornar-se espectador silencioso na vida corrente.²⁴ Cabe aqui expor as formas como esse relacionamento vai ser desenvolvido.

A transformação urbana, já abordada anteriormente, ao promover uma nova dinâmica de movimento transformou a ideia de consumo e, associada aos desenvolvimentos tecnológicos, promoveu, na teoria, a aproximação dos indivíduos nas cidades. Porém, a nova tradição burguesa que se impunha criava o conceito de personalidade, que já nascia embebida de uma individualidade e a atribuições de papéis a cada sujeito. Nesse jogo que em que a vida pública começava a se tornar, o objetivo era, por meio do convívio social, fortalecer seus códigos de crença, promover o autodesenvolvimento e aprimorar suas defesas contra as tentativas de leituras das outras pessoas.

A questão é para que o espaço público cumpra sua função como ambiente para o convívio e o desenvolvimento das sociedades torna-se necessário que os indivíduos estejam dispostos a de fato a interagir, dialogar e experimentar o domínio público, coisa que o ethos burguês acabou por reprimir. Uma causa para essa repressão foram às revoluções que vão ocorrer na passagem do século XVIII para o XIX, que colocam o espaço público em evidência. Um cenário onde os homens, engajados numa busca por pistas de como os outros e eles eram

²⁴ SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2016. Página 310.

realmente. Esse trabalho de investigação que surge no espaço urbano não vai ser claramente exposto, mas sim vai trabalhar na chave da privacidade, já que havia um temor de se exporem durante o processo investigativo. A intimidade é então um reflexo do amedrontamento em relação ao comunitário. Para Sennett, a entrada da personalidade propiciou os alicerces para a sociedade intimista, fazendo com que as pessoas acreditassem que os intercâmbios em sociedade eram demonstrações de personalidade. O autor norte-americano diz que “durante o curso de cem anos os laços sociais e o engajamento social recuaram diante da questão “o que estarei sentindo?””²⁵

O comprometimento social recua devido ao fato dos indivíduos se tornarem espectadores. Pois como num teatro, em silêncio, as pessoas buscam, por meio da observação, adquirir formas de interpretar a expressão social. O que acaba, por consequência, criando uma defesa contra as relações sociais em si. Logo, um dispositivo criado para dar conta da jornada ao domínio público e, ajudar desvendar a experiência do cotidiano foi o silêncio.

Nos dias de hoje a ideia de se movimentar em silêncio pelas ruas ou em transportes públicos é algo intrínseco a nossa sociedade. Na realidade ficamos incomodados quando o silêncio de nossas viagens é perturbado por barulhos, músicas ou conversas próximas. Até mesmo a tecnologia ajudou no processo de interiorização enquanto enfrentamos o caos das cidades. Porém no momento em que se estabelece a razão burguesa isso era uma novidade, os barulhos, como a ausência destes por parte dos indivíduos. E alguns motivos precisam ser elucidados para entender o impacto do “som do silêncio” na sociedade burguesa.

O primeiro motivo diz respeito ainda ao temor em relação à experiência cotidiana. Esse medo da exposição no domínio público criava uma série de mudanças significativas na sociedade, como ideia de se tornar invisível no meio da multidão. Passar-se despercebido era a melhor defesa da privacidade, e até hoje permanece assim. Baudelaire, ao falar de Constantin Guys, afirma que este, sendo incógnito, conseguia retratar a multidão.²⁶

²⁵ Ibidem. Página 320.

²⁶ BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Página 161.

Então, não produzir sons era um dos modos de se tornar imperceptível. Assim, como mesclar-se em meio à multidão de pessoas, carruagens e vestimentas, tão heterogêneas, que não despertassem a curiosidade das outras pessoas para si.

O segundo motivo para o silêncio ser amplamente utilizado pelos indivíduos no cotidiano diz respeito ao exercício de observação e experimentação da vida urbana. Se a tradição imposta pela razão burguesa trabalha com a dicotomia do temor e curiosidade em relação ao ambiente urbano, o silêncio em público se tornou o modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública, especialmente a vida nas ruas e, dessa forma, aprimorar sua percepção pessoal das relações sociais. Autores como Baudelaire e Balzac foram brilhantes ao perceber e se utilizarem do predomínio a atividade do olhar q se iniciava nessa época. E por meio de suas fisiologias, poemas e pequenas prosas acabaram por definir a figura do *flâneur*, o observador da vida moderna, o homem do mundo, “homem que compreende o mundo e as razões misteriosas e legítimas de todos os seus costumes”²⁷

João do Rio, leitor de Baudelaire e que sê identifica como *flâneur* na urbe carioca, relaciona o observador das multidões com *Sherlock Holmes*, famoso detetive criado por Conan Doyle, no que tange a capacidade de deduzir e enxergar a vida cotidiana, mas os diferencia nas questões dos objetos investigados. Além disso, nos apresenta a seguinte definição do *flâneur* no texto *A Rua*: “Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem.”²⁸

João do Rio associa o exercício de flanar com a vagabundagem, não no sentido de vadio, mas no sentido de ocioso. Para ele ser um espectador das multidões nada tem haver com uma falta de empenho, pelo contrário, para ele e, para Baudelaire também, é observação sem compromisso aparente é um fazer artístico, logo é dotada de comprometimento.

²⁷ Ibidem. Página 167.

²⁸ DO Rio, João. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Página 31.

Walter Benjamin também vê tal figura como uma espécie de detetive e relaciona o seu surgimento com o crescimento do romance policial como gênero.²⁹ O autor alemão vai mais além, para ele o *flâneur* é um indivíduo que não se sente como parte integrante da sua sociedade, por isso procura e se esconde na multidão.³⁰ Por se misturar à massa urbana e observá-la é elevado à figura de herói por Baudelaire, mas é vítima da mesma razão burguesa que o glorificou e o colocou nesse patamar, pois:

O *flâneur* é um homem abandonado no meio da multidão. Isso o coloca na mesma situação de mercadoria. Apesar de não ter consciência dessa particularidade, ela nem por isso deixa de atuar sobre ele. Penetra-o como um narcótico que o compensa de muitas humilhações. O transe a que se entrega o *flâneur* é o da mercadoria exposta e vibrando no meio da torrente dos compradores.³¹ (Benjamin, 2015, 57).

Se com o silêncio o homem passa um observador da vida cotidiana, ele também executa um papel de consumidor e de mercadoria da própria realidade, ele também é vítima de condições que antes não existiam, como a ordem que o silêncio passa a estabelecer ao colocar como ausência de interação social. A essa falta de diálogo entre as pessoas aumenta de intensidade com desenvolvimento dos transportes em massa. É sabido que antes do advento do transporte em massa, raramente as pessoas eram obrigadas a sentar juntas, caladas por um bom tempo, apenas olhando a paisagem interna e externa.³² Honoré Daumier, famoso caricaturista francês, produziu pinturas sobre os passageiros de trem na França, que demonstram claramente em como consistia o convívio nos vagões de trens da sua época.

Como um caricaturista e pintor, Daumier registrou o impacto das transformações no cotidiano urbano, na Paris do século XIX. Sendo, um aguçado observador dos efeitos da industrialização sobre os diversos grupos sociais da cidade. Seu foco não eram os meios de transporte em si, mas reações do povo tendo se adaptando a condições desconfortáveis e/ou pouco familiares.

²⁹ BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. Página 45.

³⁰ Ibidem. Página 50.

³¹ Ibidem. Página 57.

³² SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2016. Página 343.



Figura 1 - Honoré Daumier, The First-Class Carriage, 1864.

Nessa figura, que retrata o vagão de primeira-classe, ou seja, o vagão das elites parisienses. O semblante dos quatro indivíduos na imagem é marcado pela calma em relação ao ambiente. A jovem e o senhor, nos extremos, contemplam o exterior do vagão; o homem de cartola parece estar perdido em pensamentos; e a outra mulher na imagem lê um jornal. Há um clima de monotonia na imagem que é proporcionada pelo conforto que a viagem fornece. Apesar de sabermos que eles estão dentro de um vagão de trem, e que esse veículo provavelmente está em movimento, a pintura passa a noção da passividade. O corpo em movimento, desfrutando de uma comodidade que antes não existia, viaja sozinho e em silêncio. Essa percepção é nítida em todas as figuras.



Figura 2 - Honoré Daumier, *The Second-Class Carriage*, 1864.

No vagão de segunda classe, que é um intermediário entre a primeira classe, e o vagão das classes populares – possivelmente, a classe executiva de hoje em dia -, a ideia da passividade se repete. Mas ao invés da pura e simples contemplação passiva do ambiente e da interiorização dos indivíduos, há um elemento novo, que não estava presente na imagem anterior: o aparente cansaço das pessoas. Dos quatro indivíduos na pintura, apenas um não aparenta estar dormindo ou exausto, que é o indivíduo que observa a rua. Mais uma vez, a atividade do olhar é uma marca fundamental da realidade moderna. Nesse quadro, fica claro outro aspecto que a movimentação silenciosa trás em acordo com comodidade: a possibilidade de repouso e recuperação das energias exauridas.

Dentro dessa perspectiva da passividade e silêncio Sennett aponta para as mesmas características que Daumier logrou em exemplificar, que nos carros lotados o silêncio resguardava a privacidade e, mesmo nas ruas as pessoas se tornaram cientes de que a conversa com um desconhecido era encarada como uma violação dessa privacidade.³³ Contudo, João do Rio, nos apresenta outra imagem das viagens nos transportes públicos cariocas, no início do século XX. Muitas de

³³

Ibidem. Páginas 342-343.

suas crônicas, publicadas nos anos de 1903 e 1904 no periódico *Gazeta de Notícias*, retratam diálogos nos bondes da cidade. No dia dois de junho de 1903 o texto se inicia da seguinte forma “Diálogo, no bond, à tarde, entre a Glória e o Catete”. No dia oito do mesmo mês, João do Rio nos informa:

Certa vez numa viagem [de bonde] à tarde, entre o largo do Machado e a praia de Botafogo, tive tempo para contar toda a minha vida a um amigo: o amigo adormeceu, acordou, tornou adormecer, tornou a acordar; e quando chegamos à praia, eu já estava na história da vida do meu décimo quinto avô: a viagem tinha durado três quartos de hora ou três séculos, não sei bem...³⁴

O exagero do autor em relação ao tempo da viagem é proposital, pois a crônica se refere à questão da velocidade do transporte público. Porém, mais importante nesse fragmento é apontar dois detalhes curiosos: Ao mesmo tempo em que o transporte proporcionou o conforto ao passageiro, a ponto dele adormecer, o que funcionava para “afastar as pessoas do convívio com as demais”.³⁵ A viagem ficou marcada pelo diálogo entre os indivíduos, o que nos leva a uma reflexão de que o silêncio na consolidação da passividade dos indivíduos não é algo sempre presente e obrigatório da razão burguesa. Novamente, a razão burguesa cria novas formas as relações sociais, que vão se moldando de acordo com a especificidade de cada região. Por isso, ainda que possuam características em comum a razão burguesa de Paris é distinta da razão burguesa londrina, que por sua vez, também será distinta da razão burguesa carioca.

1.2 A razão burguesa e o Brasil

As transformações que se sucederam no século XIX, que culminaram com o que aqui chamamos de *razão burguesa*, não vão ficar restritas apenas ao mundo europeu, e ao longo do final do referido século, uma relação dicotômica vai se estabelecer entre as áreas centrais e periféricas do capitalismo, promovendo um

³⁴ Crônica. *Gazeta de Notícias*. 08/06/1903.

³⁵ SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2016. Página 339.

fluxo de mercadorias e tecnologias.³⁶ Tendo o Brasil um papel de exportador de café e consumidor de produtos industrializados na dinâmica do capitalismo, era inevitável que a razão burguesa fosse se instalar e se metamorfosear na sociedade brasileira, interagindo com a mentalidade tradicional que aqui existia e formando algo novo. Esse processo de assimilação gradativa dos valores burgueses vai ser iniciar ainda no período do Império, impondo inicialmente mudanças que vão afetar os alicerces da sociedade da época: o Estado e a escravidão.

O fortalecimento cada vez maior das críticas ao sistema político e socioeconômico era resultado da inserção do país na lógica ocidental burguesa, cujos padrões eram entendidos como a condição de desenvolvimento da civilização. Assim, crescia na sociedade do Império a percepção de que a existência da escravidão era contraditória ao desenvolvimento de uma organização política moderna, com a ampliação da representação política, que vai resultar no surgimento do manifesto republicano em 1870, expressando a insatisfação de parte das elites e camadas médias, principalmente na capital, com a política imperial. Nesse sentido “as elites que dirigiam o governo não conseguiram absorver as demandas de uma sociedade cada vez mais se complexificava”.³⁷

Ao mesmo tempo em que combatia as críticas das elites e se modernizava por meios de leis como a *Lei do Ventre Livre*, o governo imperial inicia uma marcha em direção ao que o Estado concebia como progresso e civilização. Dentro, da lógica imperial os conceitos não estavam ainda desassociados. Assim, “a palavra “progresso” foi utilizada abrangendo o campo de significações pertinente à ideia de civilização, à qual estavam ligadas as dimensões moral, comportamental, cultural, estética, político-social e material”.³⁸ Dessa forma, o progresso é subordinado à ideia de civilização, que remetia a tradição imperial, onde a legado se fundamentava na valorização do passado histórico do regime. Ou seja, a razão burguesa, de acordo com pensamento imperial, só teria sucesso e se estabeleceria no Brasil a partir manutenção da civilização e seus hábitos e costumes. De acordo com André Azevedo:

³⁶ HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Página 456.

³⁷ AZEVEDO, André Nunes de. “*Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*”. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. 2003. Página 87.

³⁸ Ibidem. Página 101.

[...] no entender da Coroa, a ideia de civilização era percebida não como parte integrante do progresso, mas como algo consubstancial a este, intuito superior do seu movimento, razão orientadora de sua manifestação.³⁹

A ideia do Império era clara, o progresso, de fato, seria conduzir o Brasil à civilização ou, em uma visão mais otimista, ao aperfeiçoamento de uma civilização brasileira. Assim, no que diz respeito às perspectivas culturais, o país vai promover exposições técnico-científicas, com o objetivo de educar ou, ao menos, preparar, o povo brasileiro para as novidades tecnológicas. Já as modificações no campo material serão feitas de diversas formas tendo como exemplo a instalação da rede de telégrafos, o aumento das construções com o uso do ferro fundido e instalações de malhas ferroviárias. Flora Süssekind, ao falar da modernização da produção literária brasileira nesse período nos apresenta dados como ampliação da rede ferroviária, que contava com 7602 quilômetros de extensão em 1885 e, a instalação da iluminação elétrica nos teatros a partir de 1887 (Süssekind, 2006, 29).⁴⁰

Partindo da premissa que a razão burguesa é oriunda de uma relação do capital industrial com a ruptura do pensamento tradicional, o que Sennett chama de secularismo, concluímos que o império não lograria, dentro do seu ideal de civilização e progresso, impedir o enraizamento do ethos burguês. E essa sua incapacidade de frear ou, de se adaptar as mudanças corroboram para a queda antigo governo e ascensão do regime republicano no país.

Com a República os conceitos de civilização e progresso se modificam e, mais do que se transformar, a associação que existia anteriormente entre os dois termos é rompida. Em um crônica de Julho de 1903, João do Rio afirma que sendo o progresso implacável, o carioca não poderia ficar preso aos velhos hábitos coloniais.⁴¹

A fala do cronista nos apresenta uma concepção divergente do que se estabelecia como progresso anteriormente. Se antes o pensamento era o

³⁹ Ibidem. Página 90.

⁴⁰ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Página 29.

⁴¹ João do Rio. Crônica. *Gazeta de Notícias*. 23/07/1903.

aperfeiçoamento da sociedade brasileira, alcançar um novo patamar de civilidade – nesse o patamar europeu. – sem abdicar de suas origens, de seus hábitos, agora a ordem era a inversa. O progresso, visto como uma força inexorável era oposta aos antigos hábitos da cidade, chamados de coloniais, mas que ao fim e ao cabo, eram cacoetes da realidade imperial. A república ao surgir tem como uma das suas principais missões desconstruir todo o passado histórico herdado do império e construir uma nova realidade. Logo a ideia era condenar a monarquia em nome do progresso (Carvalho, 2013, 27).⁴² E esse progresso é dado através da inserção de fato do país no ideal civilizatório europeu. Nicolau Sevcenko, ao debater a questão da inserção compulsória do país na *belle époque*, nos mostra que:

O próprio compasso frenético com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas nesse período concorreu para a aceleração em escala sem precedentes do ritmo de vida da sociedade carioca. A penetração intensiva de capital estrangeiro, ativando energicamente a cadência dos negócios e a oscilação das fortunas, vem corroborar e precipitar esse ritmo, alastrando-o numa amplitude que arrebatava a todos os setores da sociedade.⁴³ (SEVCENKO, 2003, 38).

A ideia de uma “penetração intensiva de capital estrangeiro, ativando energicamente a cadência dos negócios e a oscilação das fortunas” é um ponto que também é ressaltado por André Azevedo. Para ele, a sociedade que deveria surgir no país com a república era baseada na prosperidade material e na individualidade. Dessa forma a república, ao criar condições em que as pessoas pudessem agir livremente, dentro dos seus interesses sociais, acabava por abdicar de um projeto civilizatório próprio da cultura brasileira, como existia anteriormente. Assim, afirma Azevedo:

Concebiam-se que não seria necessário preocupar-se com a construção de um ideal de civilização no Brasil, pois a civilização adviria inexoravelmente como decorrência do progresso material, estaria como o "pote de ouro ao final do arco-íris", esperando que todo o seu percurso fosse realizado, para que se chegasse ao prêmio que aguardava ao cabo.⁴⁴ (Azevedo, 2003, 142).

⁴² CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro à República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Página 27.

⁴³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Página 38.

⁴⁴ AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. 2003. Página 142.

O autor ainda vai além. Ele aponta que essa corrida em busca do sucesso individual vai se solidificar no ambiente nacional a partir da adoção da política econômica que ficou conhecida como *encilhamento*. A estratégia econômica adotada por Rui Barbosa, ministro da Fazenda do governo provisório, tinha como objetivo expandir o crédito e gerar a ideia de que a República seria terreno ideal para os negócios. O governo planejava atender os interesses da exportação e equilibrar as contas do Estado, que haviam sido afetadas na transição de regime, além de favorecer a indústria, na medida em que a inflação gerada encareceu o produto estrangeiro, dificultando assim a concorrência. Um dos pontos importantes do Encilhamento foi à facilitação para a criação de sociedades anônimas. Jaime Benchimol aponta que o capital das sociedades anônimas quadruplicou em pouco mais de dois anos. Além do fato de que a maioria das empresas eram artificiais ou, como chamamos atualmente, empresas fantasmas. A facilidade e prática de tais fraudes acabam criando assim um castelo de cartas no mercado especulativo brasileiro.⁴⁵

Apesar do curto tempo de sucesso e das consequências que ele legou a economia brasileira, o encilhamento proporcionou uma mudança significativa na capital federal e em sua ampla sociedade. Segundo Azevedo:

“A ideia de progresso material estimulada pelas elites da República atingiu a amplos setores do espectro social do Rio de Janeiro. Pequenos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, quituteiras, magistrados, artesãos etc”⁴⁶

Elevada ao status de capital federal com a proclamação da república, a cidade do Rio de Janeiro mantém o papel que todas as grandes capitais mantiveram no século XIX, que consistia em ser um espaço de comércio, finanças e burocracia.⁴⁷ A centralidade política característica do período imperial é rompida com a adoção do federalismo e o aumento de poder das elites regionais,

⁴⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Página 170.

⁴⁶ AZEVEDO, André Nunes de. “*Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*”. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. 2003. Página 148.

⁴⁷ SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2016. Página 193.

principalmente a elite paulista. Ainda sim, a cidade vai atuar com a vitrine do país como exemplificação do progresso que o Estado almeja para a nação.

Contudo, entre a visão do progresso e o cotidiano da cidade existia uma série de problemas que criavam uma dissonância entre a teoria e prática. O Rio de Janeiro era uma cidade de ruas estreitas e sinuosas e com precário esgotamento sanitário; a população aumentava cada vez mais: nos últimos anos do Império era de aproximadamente duzentos e setenta mil habitantes, em 1900 registra-se cerca de quinhentos e vinte mil pessoas residindo na capital (Benchimol, 1992, 172);⁴⁸ a estrutura das ruas continuava a mesma das décadas anteriores, com ruas estreitas e sinuosas, heranças do seu passado colonial, que colidiam com a necessidade de circulação de mercadorias e capital, imposta pelo capitalismo industrial; a infraestrutura portuária não dava mais conta do fluxo de viajantes e produtos que chegavam com cada vez mais frequência; e ainda por cima, a cidade era o paraíso das moléstias, com recorrentes epidemias de febre amarela e varíola.

Se o pensamento do governo era transformar a cidade na imagem do progresso da nação e conseguir, assim atingir um novo ideal de civilização, incorporado na razão burguesa, a urbe carioca precisa ser pensada, repensada, desconstruída e reconstruída, de forma a dar conta dos almejos da elite dominante. À vista dessa questão, vão se desenvolver “cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas, para se fazer contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis” (Assis, 2016, 192).⁴⁹ O final do século XIX e início do século XX é um período fértil em visões e possibilidades no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro. Machado de Assis, dotado de uma sensibilidade única, é cirúrgico ao perceber isso. O autor, já com uma idade avançada percebe o ímpeto

⁴⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Página 172.

⁴⁹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Esau e Jacó*. Porto Alegre: L & PM, 2016. Página 192.

e a velocidade das mudanças que vão aparecendo e se estabelecendo, pouco a pouco, no convívio da cidade.⁵⁰

De fato o período o início da república é um período fértil no surgimento de ideias e invenções. Reportagens sobre kinestoscópios, cinematógrafos e fonógrafos iam se tornando recorrentes nos periódicos cariocas.⁵¹ Ao falar da imprensa na época, Marialva Barbosa afirma que os próprios jornais vão se modernizar, instalando linotipos que aumentavam o volume de impressão de exemplares, utilizando máquinas fotográficas e métodos fotoquímicos que permitiam a publicação em cores.⁵²

Todavia mais importante para elite carioca é o estabelecimento de estruturas materiais que possam sedimentar a razão burguesa na cidade e, garantir que essas novas tecnologias que chegam ao país tenham espaço de circulação de exposição. E para isso tornou-se imperativo repensar no espaço urbano carioca. Desde os últimos anos do império a ideia de uma reforma já se encontrava presente, com o estabelecimento da Comissão de Melhoramentos em 1875,⁵³ e a Junta Central de Higiene Pública em 1876.⁵⁴ Nesse momento, o pensamento do governo era combater a epidemia de febre amarela, por meio da ampliação do canal do Mangue e o combate às habitações coletivas: os cortiços.

É importante ressaltar que os mecanismos imperiais e, posteriormente, as engrenagens republicanas, contavam com dois grupos importantes da elite burguesa: Os engenheiros e os sanitaristas, figuras centrais na definição do novo espaço urbano carioca. Sobre os engenheiros André Azevedo aponta a importância da criação do clube de engenharia em 1880, que segundo o autor “foi uma instituição que buscou abrir espaços para empreendimentos técnicos privados junto ao Estado. Estimulou a multiplicação de obras privadas e, principalmente,

⁵⁰ SEVECENKO, Nicolau. *“A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio.” In História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, P. 513-619, 2010. Página 523.

⁵¹ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Página 29.

⁵² BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. Página 22.

⁵³ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Página 141.

⁵⁴ Ibidem. Página 150.

públicas nas quais a engenharia privada auferia grandes benefícios pela aquisição de concessões do Estado” (Azevedo, 2003, 239).⁵⁵ Além disso, ele aponta que:

“Esta geração de engenheiros angariaria fama para vários dos nomes ilustres da categoria através de grandes obras, em geral, concessões do Estado.” (Azevedo, 2003, 239).⁵⁶

Dessa forma, indivíduos, hoje conhecidas por serem nomes de ruas, praças e avenidas, como Paulo de Frontim, Francisco Bicalho e Pereira Passos vão ganhar notoriedade pelo crescimento da categoria, ao se desenvolverem novas relações entre o poder público e o capital privado, com as reformas urbanas conduzidas pelo Estado.

Assim como os engenheiros, os sanitaristas também vão ganhar uma extensa notoriedade na cidade, pegando carona nas reformas urbanas conduzidas na cidade. Porém diferente dos técnicos, que se beneficiam intensamente da ideia de progresso material, lucrando com as obras e concessões promovidas pelo governo, os especialistas em saúde pública vão ganhar força na cidade devido à intensidade das doenças que assolavam a capital federal e a necessidade de erradicá-las. As moléstias como a febre amarela e a varíola vão se tornar epidemias, atuando com intensidade e tornando até então as medidas consideradas simples eram consideradas inúteis (Benchimol, 1992, 179).⁵⁷

João do Rio nos fornece uma boa imagem do impacto das doenças, na cidade, corroborando com o pensamento na seguinte crônica sobre a febre amarela em 1903:

Também na opinião dos médicos franceses do Instituto Pasteur, que aqui vieram estudar a febre amarela, é o *stegomya fasciata* o único transmissor único dessa hedionda moléstia, inimiga velha e rancorosa da nossa pobre cidade.[...] Se isso é exato, (e não tarda muito que a Diretoria de Saúde Pública o possa tirar a limpo) que tremenda lição haverá nessa descoberta! Os maiores sábios do Brasil e do mundo inventando teorias e remédios; o governo gastando rios de dinheiro; as academias de medicina e congressos médicos esfalfando-se em estudos e

⁵⁵ AZEVEDO, André Nunes de. “*Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*”. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. 2003. Página 239.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Página 179.

discursos; - e a causa do mal, causa invisível e intangível, rindo-se, durante quase um século, de todos esses esforços inúteis, de todo esse tempo perdido, de todo esse dinheiro esbanjado...”⁵⁸

Ao falar de “estudos e discursos” fica nítida a ideia de que a questão da Higiene vai ser tratada pelo governo e pelas elites como uma espécie de ideologia. Ou seja, esta atuaria por meio de juízos fixos a serem impostos sobre a população, com o objetivo de conduzir a cidade ao patamar almejado pelas elites. Nesse sentido, a saúde pública atuaria dentro de uma lógica de progresso, possibilitando o desenvolvimento da cidade e garantindo, de forma pedagógica, que a população atingisse a tão idealizada razão burguesa civilizatória.

Como já dito anteriormente, o Rio de Janeiro vai ser tornar a vitrine para a noção de progresso que o governo republicano e sua elite dirigente pensam na nação. Assim, as reformas urbanas pelas quais a cidade vai passar no início do século XX, atuam como marco fundamental na consolidação da razão burguesa no país.

A historiografia brasileira trabalhou exaustivamente com a reforma promovida pelo prefeito Pereira Passos, produzindo uma ampla gama de estudos e análises, como forma de apresentar o aburguesamento do espaço urbano em detrimento das camadas populares, que acabaram por criar uma ideia no senso comum de que as reformas eram uma só, quando na verdade eram projetos distintos, com finalidades diferentes, porém atreladas a mesma lógica de progresso e civilização,⁵⁹ que segundo o autor:

Esta demanda partia da população da cidade, vitimada pela sucessão de epidemias que a vinha afligindo nos últimos cinquenta anos, pela pressão de médicos higienistas e, sobretudo após a fundação do Clube de Engenharia, pela pressão dos engenheiros.⁶⁰

⁵⁸ João do Rio. Crônica. Gazeta de Notícias. 10/07/1903.

⁵⁹ AZEVEDO, André Nunes de. “A Reforma Pereira Passos: Uma tentativa de integração Urbana”. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. n.10, 2003. Página 36.

⁶⁰ AZEVEDO, André Nunes de. “Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906”. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. 2003. Página 241.

A reforma conduzida pelo governo federal, coordenada pelo, então ministro das Viações e Obras Públicas, Lauro Müller e gerenciada por Francisco Bicalho, tinha como objetivo fundamental a modernização da região portuária, vista como cerne do sistema de reformas. De acordo com o autor:

As obras de melhoramento do porto eram vistas, portanto, como a “base do sistema”, devendo além do “saneamento”, aumentar o “comércio”, a “arrecadação das nossas rendas” e as “condições de trabalho”, maneira como se refere à necessidade de resgatar a imagem da cidade, para ampliar a captação de mão de obra imigrante.⁶¹

Já a reforma urbana municipal, coordenada pelo prefeito Pereira Passos, atuava fora do âmbito econômico da arrecadação de rendas ou aumento do comércio, mas sim uma mudança na estrutura viária, paralela à ideia de mudanças estéticas na cidade, no que diz respeito à arquitetura das construções, nas questões de paisagismo das áreas de circulação da cidade. O fragmento abaixo aborda exatamente esse aspecto de mudanças promovidas pela prefeitura.

Agora, com os melhoramentos que lhe deu a prefeitura, o Passeio Público torna a ser um ponto de reunião amável. Até ontem, enquanto a magnífica banda do Instituto Profissional executava o programa do seu quinto concerto, já o nosso mais antigo e lindo jardim tinha um aspecto de jardim europeu, frequentado por gente bem educada. O parque da República também precisa de um pouco de carinho. O que lhe falta, principalmente, é luz. A luz é a grande inimiga, não só da tristeza, como dos vícios que só amam a escuridão e o silêncio.⁶²

O fragmento da crônica de João do Rio é interessante porque não elucida certas questões. A primeira observação é que a imprensa discernia o que era a reforma promovida pelo governo federal, dos “melhoramentos” da prefeitura. Porém, não necessariamente os separa na hora de aborda-los. Em janeiro de 1904, novamente João do Rio, nos apresenta essa junção:

Foram doze meses cheios: tiveste novos jardins, novos calçamentos, mais vassouras nas ruas, mais desinfecções nas casas; e o ano que começa vai dar-te coisas ainda mais belas e preciosas, porque vai dar-te o início das obras do teu grande cais e da tua grande Avenida.⁶³

⁶¹ AZEVEDO, André Nunes de. “A Reforma Pereira Passos: Uma tentativa de integração Urbana”. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. n.10, 2003. Página 37.

⁶² Crônica. Gazeta de Notícias. 5/06/1903.

⁶³ Crônica. Gazeta de Notícias. 3/01/1904.

Se para a imprensa todas as obras quase sempre interpretadas como parte de um único objetivo: o desenvolvimento material, a população também tendia a interpretar da mesma forma. Já que a imprensa da época entende como missão ser os olhos e ouvidos da sociedade. (Barbosa, 2010, 24).⁶⁴

A segunda questão reside na ideia constante de que as transformações resultariam no progresso e no estabelecimento de uma civilidade europeia. Ao falar em “aspecto de jardim europeu” e na construção da “tua grande Avenida”, - nesse caso a Avenida central, aos moldes dos bulevares franceses -, evoca-se novamente a imagem, promovida pelas elites, de que a razão burguesa brasileira deveria ser análoga ao modelo europeu.

Contudo, a razão burguesa não pode ser pensada como um modelo estático, e sim como uma forma maleável, que se constrói no convívio com antigas tradições e comportamentos. Cabe agora analisar, não os modelos de reforma urbana, seus objetivos separadamente, ou até mesmo, a reforma em si. Mas sim, como as elites vão introjetar sua concepção de *ethos*, por meio de um dos seus principais locais de fala e de atuação: a imprensa.

⁶⁴ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. Página 24.

2 – A imprensa como espaço de fala das elites cariocas.

Uma das mais obcecadas preocupações do jornalismo indígena é atualmente escolher o assunto sobre que se deve abordar a sua prosa, por vezes rutilante e frequentemente sem valor. (O *Jornalismo* – Gazeta de Notícias, 16/04/1904)

No compilado de entrevistas a escritores da época, que foi lançado a partir 1905, no periódico a Gazeta de notícias, com o título Momento Literário, João do Rio indagava Olavo Bilac e vários outros escritores, sobre a relação do jornalismo com a arte literária. O parnasiano, símbolo de uma geração de autores, que de acordo com Paulo Barreto, é amado pela cidade,⁶⁵ dá a seguinte opinião sobre a imprensa:

O jornalismo é para todo o escritor brasileiro um grande bem. É mesmo o único meio do escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia absolutamente se não fosse o jornal — porque o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade. O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheciam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornal veem limitada, pela falta de instrução, a tiragem das suas empresas. Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê — visto o prestígio representativo gozado pelo jornalista. E por que não lê? Porque não sabe!⁶⁶

A fala de Bilac é fundamental para entender uma das formas que a razão burguesa vai encontrar para se perpetuar no inconsciente da população urbana do Rio de Janeiro: A imprensa. Ao dizer sobre a possibilidade de fala a um número grande de pessoas, maior do que a captação atingida pelos livros é possível enxergar como os periódicos foram importantes para que o pensamento das elites tivessem sucesso e suas transformações na realidade da cidade no início do século XX pudessem ser vistas como positivas e louvadas pelo grande público. Porém, o trecho citado aponta para uma complexidade, ao mesmo tempo, que a captação por parte da população aumenta, existe um entrave entre a quantidade de tiragem e o quantitativo populacional, levando a conclusão de Bilac de que, grande parte

⁶⁵ DO Rio, João. *O momento literário*. Google, Inc., 2013. Página 5.

⁶⁶ Ibidem. Página 6.

da população não lê. Ainda sim, apesar do elevado índice de analfabetismo na cidade, os jornalistas gozam de fama e prestígio social, o que realça ainda mais a importância da imprensa nesse momento.

2.1 A imprensa no Rio de Janeiro

A imprensa carioca no início do século XX é significativa na quantidade de jornais. De acordo com Nelson Werneck Sodré, a passagem do século XIX para o século XX marca a transição da pequena para grande empresa, onde os chamados pequenos jornais vão ceder espaço para as grandes corporações, que dispunham de capital e equipamento gráfico necessário para o exercício da função.⁶⁷ Logo, o hábito das décadas anteriores de se criar um jornalismo individual, empreendedor e, em certo sentido aventureiro – por ousar nos seus posicionamentos políticos e, até mesmo de ser contrário ao governo –, vai desaparecendo e as grandes marcas, por assim dizer, vão aglutinando o espaço que anteriormente pertencia a esses pequenos periódicos.

A questão do capital e, principalmente, dos equipamentos relacionados ao ofício de informar são significativos para o entendimento dessa transição da imprensa. Como já abordado no capítulo anterior, a explosão de novidades tecnológicas que chegam a capital no final do século XIX obviamente vão afetar as formas de comunicação. O telégrafo, por exemplo, faz com que notícias de lugares distantes, do país e do mundo, sejam divulgadas diariamente. No ano de 1904 os grandes periódicos que circulavam na cidade divulgam notícias da guerra russo-japonesa diariamente, abordando movimentação de tropas e as batalhas em si, em alguns momentos até mesmo imagens do conflito eram apresentadas ao público e lugares como Port Arthur e Vladivostok eram comentados como se comentava de problemas no Encantado ou em Irajá.

Além do telégrafo, a evolução dos equipamentos de impressão muda a escala da tiragem de periódicos. Novos linotipos produziam de 10 a 12 mil páginas por hora e as rotativas Marinoni faziam com que periódicos como o *Jornal do Brasil* produzisse no ano de 1901 a quantidade recorde de 60 mil

⁶⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998. Página 148.

exemplares (Barbosa, 2007, 22-23).⁶⁸ Em dois de agosto de 1904, aniversário da *Gazeta de notícias*, a charge na primeira capa apresentava a evolução da empresa da seguinte maneira:

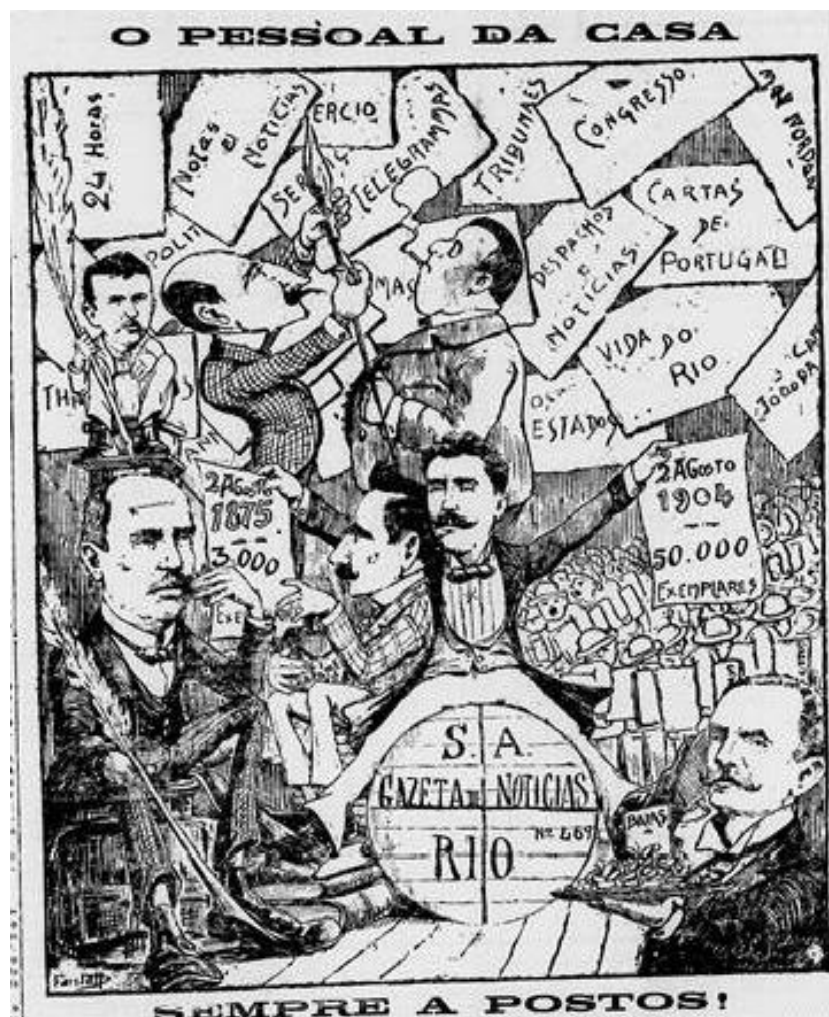


Figura 3– Charge da capa do jornal Gazeta de Notícias, dois de agosto de 1904.

A imagem nos apresenta evolução do periódico. Em 1875 produziam cerca de três mil exemplares anuais, em 1904, a tiragem chegara a 50 mil, próximo da quantidade atingida pelo *Jornal do Brasil*. Já *O Paíz*, outro periódico de destaque da época, se orgulhava em seu slogan de ser “a folha de maior tiragem e de maior circulação da América do Sul”.

⁶⁸

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. Páginas 22 e 23.

A questão do volume das impressões e o uso dos telégrafos mostram que a partir da virada do século a palavra que rege na imprensa carioca é a celeridade. A velocidade com qual a informação é produzida e disseminada é que importa nesse momento. Marialva Barbosa aponta que:

A tecnologia do linotipo ao lado das modernas máquinas a vapor, que invadem as publicações da cidade na alvorada do século XX, traz na sua essência a ideia de rapidez. O tempo cotidiano parece estar voltado para um projeto de futuro que é construído no próprio presente. Rapidez é mais do que uma palavra de ordem: dá sentido a uma ideia de tempo que se espraia pela sociedade.⁶⁹

A velocidade das informações promovem mudanças nas estruturas da forma como as notícias são passadas. Se há um volume maior de exemplares impressos, há o aumento da quantidade de notícia, que faz com que os volumes de páginas nos jornais aumentem. No começo do século, os grandes periódicos em circulação na cidade do Rio de Janeiro têm na média, quatro páginas de conteúdo. Nos fins de semana, os cadernos especiais, ricos em imagens e cores, faziam com que o quantitativo de páginas chegasse a ter um pouco mais de uma dúzia. Cada página era dividida em oito colunas, que traziam notícias curtas de poucas linhas, alternadas com grandes reportagens, que ocupavam algumas dessas colunas.

O valor unitário dos periódicos também não era muito diferente entre as empresas. A *Gazeta de notícias* se orgulhava de ser um jornal popular e barato e custava em 1904, cem réis. Valor igual que cobravam seus concorrentes como *O Paíz* e o *Jornal do Brasil*. A população conseguia comprar por meio de jornaleiros e jovens que circulavam entre os bondes e suas paradas com os exemplares. Essa forma de obtenção de jornais não está muito distante do hábito contemporâneo de comprar jornais por meio de vendedores ambulantes em sinais de trânsito. Apesar do baixo valor avulso, grande parte dos periódicos que circulavam na cidade não viviam das vendas unitárias e, sim das assinaturas anuais ou de contratos com os diversos órgãos municipais. Como aponta Marialva Barbosa que a *Gazeta de Notícias* assinara um contrato com a prefeitura para publicar seus atos oficiais e mostrar à população seus decretos e como são punidos quando cometiam infrações as posturas municipais.⁷⁰

⁶⁹

Ibidem. Página 27.

⁷⁰

Ibidem. Página 30.

Essa relação entre a imprensa e o governo, para a publicação de documentos oficiais e declarações, é mais um indicativo de como o discurso da elite carioca e seu ethos estão alinhados com o governo, no que diz respeito ao ideal de progresso no início do século. Ainda que os jornais se classifiquem como imparciais e com liberdade para criticar os vários governos republicanos, o que ocorre é o oposto e elogios são constantemente feitos aos membros da classe política brasileira. Uma explicação pra isso está na relação entre os donos dos periódicos e os governos. Nelson Werneck Sodré aponta que o *Jornal do Comércio*, com mais de sete décadas de circulação, apoiava a todos os governos ao longo da república; *O Paíz* teve como redator chefe Quintino Bocaiúva, que foi presidente do Estado do Rio de Janeiro no início do século XX; e o *Jornal do Brasil*, segundo o autor, era um “ninho de coronéis da guarda nacional”.⁷¹ Além disso, os jornais citados eram quase todos, originalmente propriedades de empresários portugueses, que vão ser vendidos ou transformados em sociedades anônimas ao longo dos anos.

Ainda que haja essa relação entre os redatores e cronistas com o governo, isso não seria suficiente para explicar o fenômeno que é a imprensa no começo do século XX. Ao observarmos que, somando as publicações dos maiores periódicos da época – *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Paíz*, *Jornal do Comércio* e *Gazeta da Manhã* -, a quantidade de jornais circulando anualmente chega a 150 mil exemplares, em uma cidade de aproximadamente 600 mil habitantes,⁷² surge à impressão de que um quarto da população carioca lê as publicações diariamente. Porém, estamos falando de uma sociedade majoritariamente iletrada. Então, o que explica esse alto volume de vendas? Que estratégias os periódicos adotam para serem consumidos pela massa?

Marialva Barbosa apresenta algumas jogadas executadas pelos jornais no embate diário das vendas. São algumas estratégias que são lançadas ao longo dos anos por determinadas redações, que são apresentadas ao público como mais uma grande inovação e que, tempos depois, são adotadas por todos os outros rivais da imprensa. A *Gazeta de notícias* se orgulhava de contar com vários cronistas e, que

⁷¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998. Páginas 283 e 284.

⁷² BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. Páginas 41.

dividiam com as notícias o espaço do jornal, publicando folhetins e textos mais variados. No período da reforma textos semanais de Bilac e os relatos mais variados sobre a cidade, sua rotina e seus hábitos religiosos, escritos por João do Rio fazem sucesso entre os leitores.⁷³ Além da ênfase as crônicas, o jornal se destacava pelo uso das charges, que segundo a autora:

O uso de ilustrações, desenhos a bico-de-pena, é comum desde os primeiros números. Além de ilustrarem o folhetim, as notícias também podem ser destacadas com a utilização desses desenhos, que reproduzem ora retrato do personagem enfocado, ora as construções, embarcações ou outro tipo de objeto a que a nota se refira.⁷⁴

As ilustrações são vitais para os periódicos porque mudam a maneira com a qual as notícias são divulgadas. O uso das fotografias faz com que o cotidiano seja mais bem representado, já que o instante congelado é captado e os leitores confiavam nas imagens técnicas, por considerarem mais “fiel” a realidade. A representação do real por meio da foto se torna obrigatório nos jornais, pois junto dos fonógrafos e cinematógrafos que surgiam pela cidade, era mais uma marca da modernidade que tomava forma na urbe carioca. Na virada do século surgiam revistas ilustradas e assim então, dava se início a uma corrida por parte das redações e da “indústria” publicitária no país.⁷⁵

Apesar da fotografia se tornar um importante interlocutor, a charge não perde o seu espaço nas publicações. Os registros cômicos constituíram uma forma de representar as condições, possibilidades e vivências históricas do país durante o período republicano.⁷⁶ No caso específico da caricatura, os desenhistas gozavam de muito prestígio na cidade do Rio de Janeiro, ao retratar cenas e tipos do cotidiano. De acordo com Laura Nery, a caricatura era parte essencial da informação. Além de divertir e embelezar as páginas de jornal e revistas, as charges tinham importantes função de contraponto crítico à realidade social e política, se tornando a forma mais eficiente para atingir a expressiva fatia da

⁷³ Ibidem. Página 28.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Página 36.

⁷⁶ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Página 69.

população da cidade, constituída por analfabetos ou estrangeiros que não dominavam o português.⁷⁷

No que tange a produção de conteúdos humorísticos, quase todos os intelectuais brasileiros nesse período escreveram ou desenharam páginas humorísticas, ainda que não fossem, de fato, humoristas. A multiplicidade nas suas formas de escrever correspondia a uma atitude geral dos brasileiros, que se enquadravam aos poucos no novo ethos que se formava. Assim, esse grupo de desenhistas e escritores produziam como forma de manter seus trabalhos jornalísticos, apesar de quase todos executarem outras atividades para além dos jornais.⁷⁸ Além disso, Elias Thomé Saliba apresenta o seguinte argumento sobre esse grupo de indivíduos:

O humorista típico desse período da história brasileira, como se pode notar pela análise da trajetória de muitos deles, condensou em si mesmo as figuras do caricaturista e do cronista da imprensa ligeira, do publicitário, do revistógrafo e, em alguns casos, do músico e do autor. O humorista foi, assim, uma figura múltipla, com alta capacidade de trânsito entre diferentes práticas culturais, e a trajetória de alguns deles é exemplo dessa multiplicidade.⁷⁹

Além das notícias e das imagens, a propaganda ocupava um pedaço significativo dos jornais. Intercalados entre notícias, no rodapé das páginas ou ocupando páginas inteiras, os anúncios estavam por todos os lados apresentando as últimas novidades, que vinham do exterior e, fundamentalmente, trazendo à sociedade carioca a lógica de consumo que atendia as necessidades da razão burguesa. Nelson Werneck Sodré aponta que muitos literatos como Olavo Bilac eram contratados por empresas para fazerem versos de propaganda para xaropes que curavam várias doenças, como coqueluche, asma e bronquite. Como os anúncios eram produzidos nas redações dos jornais, era natural que estes participassem na elaboração de textos, confecção de desenhos e caricaturas. Além disso, a cultura parnasiana e simbolista auxiliava na composição de rimas e no uso exímio de vocábulos para a construção de *reclames* repletos de trocadilhos. O

⁷⁷ NERY, Laura Moutinho. *Cenas da Vida Carioca: Raul Pederneiras e a belle époque do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PUC, 2000. Página 78.

⁷⁸ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Página 76.

⁷⁹ Ibidem. Página 77.

autor aponta que devido a essa grande procura por escritores para criarem anúncios, nessa época foi criado, por Bastos Tigre, um escritório especializado em anúncios, ou seja, uma espécie de precursor das agências de publicidade atuais.⁸⁰

De acordo com Elias Thomé Saliba, Bastos Tigre foi o literato que percebeu logo cedo a força dos comerciais e tirava seu sustento da confecção destes.⁸¹ Flora Süssekind aponta que seu escritório – Publicidade Bastos Tigre – era atendia os mais diversos anunciantes como a Confeitaria Colombo, a Cerveja Fidalga e o Rhum Creosotado,⁸² imortalizado pelos versos abaixo:

Veja ilustre passageiro/ O belo tipo faceiro/ que o senhor tem ao seu lado./ No entanto, acredita/ quase morreu de bronquite:/ salvou-o o Rhum Creosotado.⁸³

O sucesso dos periódicos no início do século XX não seria possível apenas com uso de novas tecnologias e uma mudança estrutural na composição dos jornais. Para além de tudo que já foi dito era necessário que as transformações físicas na estrutura do jornalismo coadunassem com mudanças nos discursos aplicados por estes. Para o estabelecimento de uma razão burguesa a fala deveria ser sincronizada de tal forma que a população progressivamente ratificasse o novo ethos. Logo, coube aos cronistas, redatores e chargistas adotarem uma nova fala, uníssona que atingisse a povo efetivamente.

Nesse sentido é necessário fazer uma análise da composição dos indivíduos que ocupavam as redações nesse momento. Sendo todos letrados, os jornalistas se enquadravam nessas duas vertentes: Ou eram oriundos de famílias abastadas, que já possuíam negócios lucrativos ou estavam envolvidos na burocracia estatal, ou eram jovens, recém-graduados ou, ainda estudando, que trabalhavam nas redações como forma de complementar os ganhos, além dos empregos que já desempenhavam, e usar a função como um trampolim social. Thomé Elias Saliba, ao analisar a representação humorista no período, indica a

⁸⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998. Páginas 282.

⁸¹ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Página 85.

⁸² SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Página 63.

⁸³ Ibidem.

mesma característica nos cartunistas e cronistas que trabalham com o humor na imprensa. Dos dezesseis indivíduos analisados, oito possuíam ensino superior, espalhados entre os cursos de engenharia, direito e medicina; sete possuíam o ensino ginásial ou normal completos; e apenas um possuía a educação incompleta, sendo considerado um autodidata. Apenas dois não exerceram atividades como jornalistas, mas ainda sim, eram caricaturistas.⁸⁴ Além disso, muitos desses indivíduos eram egressos de outras regiões do país, cujas famílias, com boas condições financeiras, enviavam para a capital para estudar.⁸⁵ Nesse sentido:

[...] As relações pessoais – vinculadas a sua condição de classe – eram fundamentais para determinar a ocupação de um lugar no jornalismo, o diploma de curso superior dava o capital simbólico indispensável. Até mesmo os que não possuíam posição dominante, se aquinhoados com o grau de doutor, poderiam se aventurar a fazer parte desse seleto grupo de homens que fazia do jornalismo o “ofício de orientar o público, sempre sequioso de novidades.”⁸⁶

A partir dessas informações, a fala de Bilac – imprensa como único meio do escritor se fazer ler – se torna legítima a partir da perspectiva de que os jornais de fato se tornam a melhor possibilidade de exposição de suas obras, além da própria atividade pedagógica que estes encarnam na razão burguesa instaurada. E se dentro dessa relação, a necessidade de serem lidos e entendidos é fundamental, a crítica promovida pelo próprio – de que a população não lê – é cabível.

Na entrevista concedida a João do Rio, o autor parnasiano diz que “o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabeto”.⁸⁷ Para ele, um dos grandes problemas no país era, além da questão do saneamento, a questão da falta instrução que agravava a ignorância da população. Não é a toa que o parnasiano afirma que:

O problema que tem de ser resolvido, juntamente com esses dois (saneamento e povoamento), é o da instrução. E o que dói, o que desespera, é que toda a gente culta do Brasil tem a consciência disto, e que, há mais de um século, esta verdade,

⁸⁴ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Páginas 78 e 79.

⁸⁵ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 20, n. 2, 1997. Página 91.

⁸⁶ Ibidem. Página 92.

⁸⁷ DO Rio, João. *O momento literário*. Google, Inc., 2013. Página 4.

anunciada, proclamada, escrita, em todas as tribunas, em todos os livros, em todos os jornais, ainda não achou governo que a servisse em terreno prático.⁸⁸

O que torna a fala de Bilac mais curiosa é o fato de, apesar de ele considerar imprescindível a necessidade da instrução da população, ele considera a tarefa “um sonho irrealizável”. Os motivos para impossibilidade de ser realizar o seu sonho não todos desenvolvidos ao longo da entrevista, porém percebe-se claramente a sua crítica à política educacional do Estado, quando ele afirma que se fosse possível convenceria o governo da necessidade de criar escolas. A crítica de Bilac ao parco interesse do governo de lidar com o analfabetismo já circulavam na sociedade por meio da imprensa antes da sua entrevista a João do Rio. Na edição de novembro de 1904 da revista *Kosmos*, o tema da crônica mensal de Bilac é sobre os ocorridos na cidade, que entraram para historiografia com a Revolta da Vacina. Contudo, ao invés de acusar o povo pelos episódios de violência em diversas áreas da cidade, o poeta argumenta que a revolta é resultado da ignorância da população em relação à vacinação e culpa o governo por não dar educação suficiente a população, que acabou por ser explorada nas mãos dos criminosamente astutos.⁸⁹ Ainda no texto, Bilac critica a ausência de escolas primárias e o que ele considera o excesso de universidades, dizendo que:

O Brasil está cheio de escolas superiores, de faculdades e de ginásios; ainda há quem queira plantar no seu seio não sei quantas dúzias de universidade; eleva-se, no Rio de Janeiro, um palácio, para abrigar o pedantismo das academias, que copiam os estatutos da academia francesa; quebram-se lanças em favor da criação de um teatro normal; grita-se que não há, em toda América, ciência como a nossa ciência nem arte como a nossa arte; e todos esquecem que para a civilização de um povo, pouco importa que nele se contem alguns milhares de poetas, de pintores e de cientistas, quando a sua maioria, a grande massa de milhões e milhões de indivíduos, é uma turba-multa irresponsável de analfabetos...⁹⁰

Bilac não é uma voz isolada no que tange a crítica ao sistema educacional aplicado pelo governo. Meses antes, o editorial da Gazeta de Notícias criticava a decisão da câmara dos deputados a favor da criação de novas universidades, questionando o argumento apresentado pelo governo de que o surgimento de

⁸⁸ Ibidem. Página 5.

⁸⁹ Revista *Kosmos*. Novembro, 1903. Página 3.

⁹⁰ Ibidem.

novas faculdades seria positivo para divulgação da nação em outros países. Diz a matéria do jornal:

O que, porém, ainda não vimos, nem lemos, foram argumentos que nos demonstrem e nos convençam da paridade de condições desses países com o nosso. Já quanto ao regime político por ele adotado. Já especialmente quanto as respectivas necessidades do ensino público.⁹¹

Semanas depois da publicação, novamente o periódico volta a abordar a questão da reforma educacional. Porém, ao invés de colocar abertamente a opinião da redação para a população, o jornal decide interrogar um professor ginasial, com trinta e quatro anos de experiência, que ao longo da matéria afirma que o ensino naquele momento é superior aos modelos educacionais anteriores, oriundos do império. Ao ser inquerido tal profissional deixa claro que o problema, para ele, não está no problema educacional, e sim, nos homens.⁹²

O posicionamento do jornal apresenta uma característica fundamental para a constituição de um discurso uníssono na imprensa: a criação de uma opinião pública. Nesse caso uma opinião pública urbana, regida pelos literatos, ávidos para definir os novos valores que iam de acordo com o ethos burguês. Os intelectuais, que eram o motor das redações pregavam necessidade da alfabetização, que faria com que eles fossem mais lidos, aumentando seu prestígio e, até mesmo, poder. Ao mesmo tempo aumentaria a tiragem e circulação dos periódicos, que promoveriam um aumento dos lucros para seus donos. E no meio disso tudo, o povo seria beneficiado com a sua inserção nessa nova dinâmica, onde se tornaria saíra do obscurantismo do analfabetismo, passando participar efetivamente do cotidiano esperado pela razão burguesa, consumindo cultura letrada e os produtos que lhe eram apresentados por meio desta. Nicolau Sevcenko afirma que esse surgimento da opinião pública foi responsável por uma metamorfose da sensibilidade coletiva, no que diz respeito literário carioca, obrigando a redefinição intelectual por parte de alguns autores, que necessitaram se enquadrar aos novos padrões de pensamento e gosto.⁹³ Não é a toa que Bilac, no final de entrevista diz a João do Rio: “Ama a tua arte sobre todas as coisas e

⁹¹ Crônica. Gazeta de Notícias. 02/06/1904.

⁹² Crônica. Gazeta de Notícias. 05/08/1904.

⁹³ SEVCENKO, Nicolau. *“Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Página 119.

tem a coragem, que eu não tive, de morrer de fome para não prostituir o teu talento!”.⁹⁴

Apesar do argumento de Bilac de que vendeu seu talento a serviço dos jornais, a relação mutualista entre intelectuais e a imprensa foi de fato benéfica para os escritores que se pronunciavam pro seu público consumidor, acostumando-os ao seu consumo e a sua interferência disciplinadora nos menores particulares de suas vidas,⁹⁵ afinal os redatores sabiam que:

O segredo do seu sucesso, sabiam-no bem, repousava sobre um perfeito ajustamento aos gostos e anseios do público, daí suas temáticas sedições e sua linguagem aparatosa, reportada de retórica. O que explica também, a sua preocupação de representarem tanto nos atos como nas palavras as aspirações do *up-to-date* da burguesia carioca, trajando-se no rigor do figurino europeu e talhando seus personagens pelo modelo *dandy* do “*bel-Ami*”, do “*Belo Brumel*” ou do “*Des Esseintes*”.⁹⁶

Resolvida à questão da inserção dos escritores novo jornalismo, que surgia no início do século, é necessário observar como as aspirações da burguesia carioca vão ser recebidas pelo público em geral da cidade, que vai ser leitor ativo ou passivo dos periódicos. A ideia do leitor ativo diz respeito ao indivíduo que lia os jornais com uma relativa frequência. Já o leitor passivo é o sujeito, normalmente analfabeto que não lia os jornais, porém lia suas imagens e/ou ouvia de terceiros sobre os assuntos passados nos jornais. Sabemos que numa sociedade onde o analfabetismo é grande, a oralidade tem um papel fundamental na disseminação de informações. Outro ponto a ser ressaltado é que, para que o ethos burguês carioca tenha sucesso, era necessário que ele fosse palatável as classes populares. Logo, apesar do modelo europeu de progresso ser a modelo a ser seguido, razão burguesa na capital federal não é uma copia francesa e sim, uma nova forma da lógica europeia, com características específicas. Uma maneira de enxergar essa especificidade está no linguajar adotado pelos jornais e revistas na época.

A linguagem adotada nos jornais é notoriamente conhecida por ser uma técnica literária em sintonia com o compasso das transformações pela qual

⁹⁴ DO Rio, João. *O momento literário*. Google, Inc., 2013. Página 7.

⁹⁵ SEVCENKO, Nicolau. “*Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Página 131.

⁹⁶ Ibidem. Página 132.

passava a realidade. Assim, as notícias são curtas e diretas no que diz respeito ao assunto. As informações que viam por telégrafos eram sempre pequenas, resultado da própria limitação do aparelho, mensagens em código morse não eram extensas para facilitar o entendimento. Porém não eram as informações estrangeiras, não ocupavam o maior destaque nos jornais. As notícias mais peculiares é que ganhavam mais destaque. O sensacional, as catástrofes diárias e o inédito despertavam uma maior curiosidade do público.⁹⁷

Dessa forma grande parte dos repórteres escreviam muitas crônicas sobre o cotidiano, aproximando o periódico da realidade do leitor e usando recursos estilísticos próprios para isso. Bilac, por exemplo, usava de ganchos nos folhetins e nas crônicas uma fala mais objetiva e satírica.⁹⁸ Enquanto João do Rio vai se dedicar a descrever bastidores das religiões populares, sobre curandeirismo, as áreas mais pobres e tipos sociais que não são valorizados pelo novo ethos.⁹⁹

A aproximação com objetos do cotidiano da cidade se percebe também quando nota-se que os resultados das regatas e os números da loteria são publicados todos os dias pelos periódicos. O jogo do bicho que, assim como a loteria, era considerado jogo de azar, - era combatido pela polícia, criticado por argumentos moralizantes oriundos da nova civilização, e execrado pelo governo, pois concorria com a loteria federal - encontrava convivência e simpatia pela população, já que era diariamente debatido, por meio dos famosos palpites na imprensa carioca,¹⁰⁰ ou por meio de anúncios, usando rimas como : “Deves fazer um mistério/ deste palpite exotérico/ mas joga teu medalhão/ ou no urso ou no pavão.”¹⁰¹. Ou no estilo do anúncio abaixo:

Método de se jogar ganhando-se pela certa, não precisando de palpites, sonho, sorte ou espiritismo, visto que a base do cálculo é a matemática, que hoje dominou a sorte e seus caprichos, desafiando-se o mais provecto engenheiro ou arquiteto e matemático a consultar o método e contesta-lo, dando-se 5:000\$ a

⁹⁷ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. Páginas 38.

⁹⁸ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Página 21.

⁹⁹ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. Páginas 39.

¹⁰⁰ HERSCHMANN, Micael. *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. Página 66.

¹⁰¹ Anúncio. *Gazeta de Notícias*. 02/04/1904.

quem provar que não se ganha pela certa: obtém-se o método por 5\$, na rua dá Conceição n.11, e para os Estados 6\$ em carta registrada, a R. de Araújo.¹⁰²

Como contraponto aos palpites e incentivos que a contravenção recebia pela imprensa, de tempos em tempos o hábito do jogo era combatido nos periódicos na forma de denúncias moralizantes como a do fragmento a seguir:

De entre os flagelos do Rio de Janeiro, o jogo avulta tragicamente como a legendária hidra de S. Jorge. Sob mil formas, em toda parte, tentador e perseverante, o jogo aparece transformado em profissão para uns, ruína, desastre, deformação moral para outros. O *Jogo do Bicho* triunfou, venceu e por tal forma se entranhou na vida da população, que hoje é raro o cidadão que já não tenha arriscado o seu dinheiro no rendoso negócio que imortalizou no espírito nacional o nome do Barão de Drumond.¹⁰³

A denúncia de cunho moralizante sobre o hábito de jogar no bicho por parte de toda a população e ineficiência em reprimir essa prática, vem assinada por um jornalista que usa o pseudônimo P. O artigo, que não deixa de ser uma opinião de seu redator, é um indicativo de uma característica importante que imprensa adquiriu ao criar uma opinião pública nova na sociedade carioca: a fluidez na mudança de opinião. Por ser veículo de uma elite tão heterogênea que almeja impor uma nova configuração da realidade, mas não define uma única estratégia para tal feito, é natural que seu discurso, em determinadas ocasiões ou em determinados contextos, se modifique completamente, assumindo posições que se tornam contraditórias, como publicar crônicas contrárias ao jogo do bicho, ao mesmo tempo em que, publica propagandas ou palpites que valorizam e estimulam tal prática.

Além dos palpites, propagandas e notícias sensacionalistas, os periódicos também começaram a abrir espaço para aumentar a efetividade da sua opinião pública, dedicando setores para que seus leitores pudessem publicar avisos e reclamações. O grande diferencial é que visando garantir o seu papel como mediador entre a fala do povo e a fala oficial do governo, os periódicos se encarnam como defensores dos populares,¹⁰⁴ abrindo espaços para colunas como a

¹⁰² Anúncio. Jornal do Brasil. 02/02/1904.

¹⁰³ Crônica. Gazeta de Notícias. 25/04/1904.

¹⁰⁴ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. Páginas 35.

“Voz do povo” da Gazeta de Notícias e sessão “Queixas do Povo” do Jornal do Brasil. A similaridade nos nomes deixa claro havia de fato um interesse da imprensa em ser o interlocutor da sociedade e mostrar que se conscientizavam com os problemas da população. Nesses espaços, a grande maioria das reclamações dizia respeito à falha ou ausência de serviços que eram da incumbência do Estado.

Os moradores de várias ruas de Botafogo, notadamente da de Voluntários da Pátria, tem nos enviado repetidas reclamações no sentido de pedirmos providência ao Sr. Dr. Chefe de polícia contra os grupos de desocupados que a noite por ali perambulam, provocando quem passa e insultando as famílias. A repetição dessa queixa evidentemente denota a veracidade dos fatos denunciados. E tão anormais são eles, tão fora do limite tolerado a desocupados, que infelizmente se não podem compelir ao trabalho, que confiamos que o Sr. Dr. Cardoso de Castro não se demorara em atender ao pedido dos moradores daquele belo arrabalde.¹⁰⁵

Diversos guardas noturnos da freguesia da Lagoa queixam-se que não são pontualmente satisfeitos aos seus ordenados, pois muitos até ontem não tinham recebidos os vencimentos correspondentes ao mês passado, o que grandes transtornos acarretam a quem tem de solver dívidas e manter as suas famílias com pequeno ordenado, isto é, 2\$000 por noite, e isto mesmo sujeito a descontos quando faltam ou estão doentes.¹⁰⁶

Os operários das oficinas do Estado e os que trabalham na indústria particular pedem-nos que intercedemos perante os ministros, os patrões e as diretorias de empresas industriais, afim que lhes sejam pagos os seus vencimentos até dia 30 do corrente, dando-lhes, assim, recursos para efetuarem a festa universal do trabalho, no dia 1º de maio.¹⁰⁷

As notícias são um ótimo exemplo de como a população compra o discurso de que os periódicos são sua voz. Pedidos pra combater a desordem por parte dos moradores de Botafogo, somados aos apelos dos guardas noturnos e dos operários deixam clara a heterogeneidade do leitor da imprensa na cidade, além do seu poder de circulação pela capital federal. Sem contar no fato de que, por se lido por “ministros, patrões e diretorias de empresas industriais” percebe-se a compreensão da população que suas reivindicações chegarão, por meio da imprensa, aos olhares capazes de resolver os problemas do povo.

¹⁰⁵ Gazeta de Notícias. 24/04/1904.

¹⁰⁶ Jornal do Brasil. 26/04/1904.

¹⁰⁷ Ibidem.

O aspecto pedagógico de criar uma opinião pública perpassa a questão de incluir nos periódicos elementos do cotidiano que criem uma relação de proximidade com o seu público leitor. Para que o público seja cooptado inconscientemente aos interesses do novo ethos se configura na cidade é necessário que ele esteja familiarizado com os novos vocabulários e termos que invadem a esfera pública. Dessa forma, os jornais e revistas vão ser invadidos por vários vocábulos que saiam das bocas das pessoas. Essa fusão de linguajares, onde as gírias usadas no cotidiano, os termos oriundos do inglês e do francês e a norma culta da língua, vão ser percebidas rapidamente pelos humoristas que vão se utilizar dessa profusão linguística nas suas criações. O uso generalizado de alguns termos nas crônicas, poemas paródicos e nos anúncios fazem com que vários vocábulos alternem seus significados onde, diversas palavras ou expressões, que originalmente eram gírias, acabaram se tornando o significado correto e definitivo no uso cotidiano. Os termos esbórnia, urucubaca e (pra) xuxu são bons exemplos dessa assimilação linguística.¹⁰⁸

2.2 As ideias de progresso e civilização na imprensa carioca

Por outro lado, algumas palavras vão ser petrificadas pela imprensa no uso diário, com o objetivo de fazer com que a população assimile os conceitos que elas remetem. Dentro dessa lógica, o primeiro e fundamental vocábulo que precisou ser introjetado no espaço público e vendido pela imprensa foi a palavra progresso.

Palavra-chave utilizada pelos intelectuais, políticos e pelos jornais durante a Primeira República, era definida no dicionário como “Marcha ou movimento para diante; progredimento, desenvolvimento; melhoramento ou aumento; qualquer adiantamento, em sentido favorável”,¹⁰⁹ o que coadunava com toda a

¹⁰⁸ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Páginas 110.

¹⁰⁹ AZEVEDO, André Nunes de. “*Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*”. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. 2003. Página 237.

ideia de movimento rumo a um futuro próspero por parte elite burguesa carioca. Durante os anos de 1902-1904 o verbete em questão vai ser utilizado diversas vezes pelos periódicos. Na Gazeta de Notícias são mil duzentas e noventa e sete ocorrências; no Jornal do Brasil, duas mil setecentas e doze; E no O Paíz, mil cento e nove ocorrências. Excluindo-se as ocorrências diárias da palavra, relacionada ao valor das ações da empresa de tecidos Progresso, temos centenas de aparecimentos do termo, cuja utilização estava sempre de acordo com o significado exposto, como se pode notar nos fragmentos abaixo:

Em todos os departamentos da administração se tem manifestado alias o mesmo espírito de iniciativa e reforma, fecundo para o progresso da nação. (O Paíz, sete de julho de 1904).¹¹⁰

Escreve-nos o operário Leandro de Assis Pacheco: Sr. Redator do Jornal do Brasil – Com muito prazer tenho lido nos últimos números do vosso conceituado e apreciado jornal, alguns artigos sobre habitações para operários, assunto esse, que merece maior atenção dos poderes públicos e deve ser discutido incessantemente por todos os órgãos da imprensa que se interessem pelo bem estar do povo e progresso e saneamento da capital da república. (Jornal do Brasil, vinte e seis de setembro de 1904).¹¹¹

Veio a hora dos brindes. O primeiro foi o do Sr. Muratori: ex-sacristão, ex-anfitrião. Desta vez era um orador – um orador conciso e preciso, que disse o necessário e só o necessário em frases breves, mostrando se grato ao Dr. Passos pelo o que ele já tinha feito pelo progresso, não só da Tijuca como o de toda a capital. (Gazeta de Notícias, primeiro de junho de 1903).¹¹²

Os três fragmentos expõem grupos distintos utilizando a palavra. Na notícia do O Paíz, progresso é utilizado por membros da administração política. Na coluna da Gazeta de Notícias, de acordo com o repórter, foi utilizada por um indivíduo que aparenta um membro da elite carioca, por ser o orador em um evento que homenageava o prefeito. Enquanto na notícia do Jornal do Brasil, o termo foi utilizado por um leitor, nesse caso específico um operário, que enviara uma carta ao periódico. Contudo, apesar dos distintos interlocutores, a palavra mantém o mesmo sentido em todos os casos: a materialização das transformações, da reforma, na Tijuca, na cidade, na nação. Fica claro que dentro da sociedade carioca, progresso não era algo inevitável ou inexorável, mas algo a ser

¹¹⁰ Crônica. O Paíz. 07/07/1904.

¹¹¹ Crônica. Jornal do Brasil. 26/09/1904.

¹¹² Crônica. Gazeta de Notícias. 01/06/1903.

valorizado, que entusiasmava as elites de tal forma, que não poderia ser impedido por nada, nem ninguém (Azevedo, 2003, 258).¹¹³

Outra palavra comumente associada ao progresso é o termo civilização. De acordo com André Azevedo, sua utilização na época está relacionada a termos correlatos a ideia de polidez, como o termo *civil* e *civilidade*, sem associar esta à questão de respeito e obediência das leis. A palavra civilização é definida pelo dicionário como "Estado de adiantamento e cultura social, ato de civilizar". Essa definição de acordo com o autor passaria então a significar uma situação onde se teria chegado a um avanço em diversos campos da vida social.¹¹⁴ Ou seja, civilização está relacionada a levar a sociedade a uma nova cultura social. O autor ainda vai além apontando que a polidez também está relacionada a dois outros verbetes comuns da época:

Deve-se registrar que a ideia de polidez também aparece notada no verbete *urbanidade*, que é entendido como: "Qualidade do que é urbano; civilidade; cortesia; afabilidade". Da mesma forma, o termo *urbanizar* indica: "Tornar urbano, civilizar". Em acepção similar está o adjetivo urbano, que é notado por Figueiredo como: "Relativo à cidade; afável; cortês, civilizado. Diz-se dos prédios próprios para a habitação, em oposição a prédios rústicos ou prédios para cultivar".¹¹⁵

Assim, diferente de progresso, que a imprensa associa a ideia de evolução por meio de ganhos materiais, a imprensa, no período da reforma urbana, vai se utilizar do termo civilização, como palavra relacionada ao aperfeiçoamento e aprimoramento da sociedade, associando-a diversos aspectos da vida, que seriam capazes de serem modificados por tal conceito:

Grande político [Papa Leão XIII], realmente, mas grande político cristão, que só do catolicismo houve o imortal pontífice todos os maravilhosos ensinamentos, que deslumbrados os estadistas mais conspícuos, podem com certeza salvar a sociedade moderna, libertando-a da anarquia que lançou a impiedade, e restituindo-lhe os verdadeiros princípios da civilização.¹¹⁶

¹¹³ AZEVEDO, André Nunes de. "*Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*". Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. 2003. Página 258.

¹¹⁴ Ibidem. Página 237.

¹¹⁵ Ibidem. Páginas 237 e 238.

¹¹⁶ Crônica. Jornal do Brasil. 25/02/1902.

Neste fragmento, o conceito de civilização está associado ao ganho social promovido pelo catolicismo, representado na figura do Papa Leão XIII, responsável por uma mudança de posicionamento da igreja católica no final do século XIX. As tensões a partir do surgimento de correntes políticas como o anarquismo e a própria herança da industrialização, ameaçavam a sociedade, que é salva pela moral católica, garantindo assim a civilização.

Aproxima-se da época dos desvarios próprios do carnaval e infelizmente os desatinos não se limitam a uma esfera de folguedos, de caçoadas, com maior ou menor dose de espírito, de acordo com o grau de civilização atingido pelos brasileiros.¹¹⁷

Agora a civilização entra em conflito com a tradição cultural do carnaval carioca. A festa popular é relacionada à palavra desatino, indicando que nessa época do ano o delírio e as festividades proporcionam uma mudança nas relações sociais dos habitantes da cidade. Ao falar que a intensidade das atitudes está relacionada ao “grau de civilização atingido pelos brasileiros”, o texto tece uma crítica, dando a entender que o carnaval não está em sintonia com o aprimoramento da sociedade, com a civilidade que se busca na cidade do Rio de Janeiro. Como se sabe, no início do século XX, alguns atos pertencentes ao carnaval foram considerados nocivos e substituídos como o entrudo, que deu lugar a batalha das flores.¹¹⁸

Nessa relação conflituosa entre carnaval e civilização, João do Rio escreve uma crônica no início de 1904, relatando um diálogo sobre tal proibição. Nessa conversa, argumenta um cidadão que herdara a tradição de seus antepassados e que não abriria mão de tal direito. E assim prossegue tal diálogo:

- Aí é que está o seu engano. Também os meus antepassados, os Tamoios, viviam nus, e comiam carne humana. E nem por isso o senhor pode ter o direito de andar por aí despido, brandindo um tacape, almoçando mocotó dos homens, jantando os miolos de mulheres e ceifando fígados de crianças!

- Não estou falando desses antepassados! Falo dos mais próximos dos civilizados.

- Meu caro amigo! As fronteiras entre civilização e a selvageria são muito vagas. Os seus antepassados amigos do entrudo eram quase tão selvagens como os seus

¹¹⁷ Crônica. O Paíz. 25/01/1902.

¹¹⁸ AZEVEDO, André Nunes de. “*Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*”. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. 2003. Página 276.

antepassados antropófagos. Os Tamoios matavam por ódio, e o seu avô e o seu bisavô matavam por divertimento...É a única diferença.¹¹⁹

Apesar do exagero por parte do autor, ao relacionar a prática de diversão com mortes, que seriam decorrentes da pneumonia e tuberculosa que eram adquiridas ao realizar a atividade, era comum na prática do entrudo, o combate para jogar líquido nos outros. A questão é que molhar e ser molhado passou a ser visto com algo violento, fundamentalmente por agredir a liberdade e a individualidade das pessoas. Assim, era necessário que a rua, espaço de sociabilização, desestimulasse essas experiências corporais e garantisse a manutenção desses guetos individuais que surgiam, impedindo a proliferação da diversidade promovida pela sociabilização do entrudo.¹²⁰ Assim, cabia ao estado, em nome da civilização, aprimorar a sociedade e impedir tal prática.

Outra palavra fundamental que vai estar intimamente relacionada com o conceito de desenvolvimento, como forma de atingir um novo patamar social é a higiene. O termo passa a ser usado pelas elites, ainda imperiais, a partir da segunda metade do século XIX, mas com república sua utilização será mais ampla, se tornando uma ideologia. Palavra de ordem dos sanitaristas e engenheiros, ela vai atuar como um conjunto de princípios que tinha como objetivo conduzir o país a civilização.¹²¹

E, diz ele [O Dr. Adrien Loir], só desaparecerá este estado de coisas no dia em que tenham penetrado por toda a parte os princípios de higiene em que a educação de nossos filhos abranger fortes lições de higiene, em que a nova crença seja uma das bases das sociedades modernas.¹²²

Ao relacionar a higiene com a educação para criar as “bases da sociedade moderna” o repórter mostra o quão intrínseca é a relação desta com o paradigma civilizatório. Na formação do ethos burguês carioca, a promessa de progresso como desenvolvimento material e o conceito de civilização, como aprimoramento

¹¹⁹ Crônica. Gazeta de Notícias. 16/02/1904.

¹²⁰ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. Página 368.

¹²¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011. Página 35.

¹²² Crônica. O Paíz. 18/12/1904.

da sociedade se tornam os combustíveis que vão impulsionar os discursos da elite e dos políticos, a para a execução de tantas transformações no espaço urbano e obtenção do apoio popular, por meio da imprensa. Cabe agora analisar como esse discurso progressista e/ou civilizatório vai ser moldado pelos jornais e revistas que circulavam na cidade. Percebendo-se de fato o que os periódicos dizem estavam sincronizados com os interesses do governo, do povo e de todos os grupos da elite carioca.

2.3 Executando o discurso

Se a imprensa no início do século XX foi capaz, por meio dos vários elementos já citados, formular uma opinião pública, conduzindo assim os anseios distintos de seus leitores tão heterogêneos, isso se deve ao sucesso que seu discurso teve ao longo do período onde as mudanças materiais no cotidiano foram mais sensíveis.

O momento onde a população carioca foi retirada da sua zona de conforto, sem dúvida foi durante o período da reforma urbana da cidade. Por mais que a sociedade já estivesse em contato com novas tecnologias, novas palavras invadindo o seu vocabulário e novas maneiras de andar e se portar, é no momento em que a urbe é invadida por uma série de transfigurações, que o embate entre os modelos de vida são nítidos. Por isso, pode-se dizer, num certo sentido, que a razão burguesa é posta a prova a partir dos andamentos da reforma. E logo, era necessário que a imprensa - sua “relações públicas”- justificasse a sua necessidade, sobrepujando a antiga secularidade da cidade.

A imprensa abordou diariamente e sistematicamente todos os aspectos das reformas que atingiam a cidade, nesse caso, a reforma do porto, a cargo do governo federal, e a reforma da cidade, a cargo da prefeitura da cidade. E as táticas empregadas se baseavam no uso de todos os mecanismos para criar uma imagem do processo. Logo, as charges, as crônicas, o sensacionalismo e os inquéritos sobre as obras, as construções que surgiam e, principalmente sobre os agentes que a promoviam foi exaustivamente produzidas pelos periódicos.

Os três grandes periódicos analisados – *A Gazeta de notícias*, *O Paíz* e o *Jornal do Brasil* – criaram uma coluna chamada *Avenida Central*, para narrar os eventos diários que aconteciam nas ao longo da construção. Por meio de detalhes minuciosos, das licitações, das visitas ao canteiro de obras por parte do ministro Lauro Muller ou do prefeito Passos, criava-se uma proximidade entre o leitor, que provavelmente coexistia com ações no local, mas pouco sabia o que se passava de fato ou o andamento destas.

A desapropriação de prédios na zona da Avenida Central pode ser considerada quase concluída, restando apenas firmar 11 acordos, que estão em andamento. O trabalho de demolição dos prédios já desocupados vão em grande adiantamento, sendo os serviços dirigidos pelo engenheiro Manoel da Silva Oliveira, auxiliado pelo Sr. Paulo Faria. O ataque aos prédios tem sido feito no trecho da rua Chile, entre o mar e a ladeira do Seminário. Atualmente, acham-se empregados nesse serviço, 160 trabalhadores, divididos em 13 turmas, compostas de carpinteiros, pedreiros e gazistas, havendo também um bombeiro, para irrigação das paredes e do entulho, afim de evitar o levantamento de pó.¹²³

Através da leitura do fragmento, fica claro o caráter meramente informativo que eram passados nessa coluna, buscando atingir um distanciamento entre os afazeres do governo e a imprensa de forma, que essa apresentasse uma relativa imparcialidade com a relação à reforma. Ao expor esse tipo de dados, a imprensa transmite para o público a ideia de movimento, de continuidade nas obras, legitimando a ideia do progresso. Ao saber do que ocorre nas obras, o leitor percebe o passo adiante que o país estava tomando.

Vale ressaltar que essa atitude da imprensa de narrar as atividades nos vários canteiros de obras que surgiam na cidade não era de fato uma necessidade imposta pelo governo, visto que as declarações oficiais do Estado possuíam um espaço reservado nos jornais, e ali é que a administração do país relata o ritmo dos trabalhos, por meio de despachos.

Se por um lado os periódicos apresentavam um relato neutro dos fatos ocorridos nas obras, suas crônicas abandonavam o campo da passividade e assumiam um discurso com um posicionamento claro em relação as modificações no espaço urbano. Em uma crônica que também abordava a questão das

¹²³Crônica. *O Paíz*. 27/03/1904.

demolições ao longo da construção da avenida, dois indivíduos travavam o seguinte diálogo:

- Veja o senhor! Nota isso! Diz a Gazeta que já estão organizando os projetos de doze prédios monumentais na Avenida, os arquitetos não têm mãos a medir, todos eles tem encomendas! Leia isto!
- Já li, já li!
- E sabe que as demolições vão começar desde já?
- Sei, sei...
- Como diz isso tão friamente! Então, esses melhoramentos não o entusiasmam?
- Meu caro amigo, eu estou positivamente entusiasmado [sobre o início das demolições]. Mas agora estava a lembrar-me de uma coisa...
- ?
- Estava a lembrar-me de que, há cerca de quatro ou cinco meses, o senhor, que tão entusiasmado hoje se mostra, vivia por aí a dizer que esta história da Avenida era uma patifaria...
- Eu dizia isso?
- Dizia, sim senhor! E dizia mais que as obras do porto eram uma manifestação de megalomania, e que o Passos era um déspota...¹²⁴

O fato de ambos terem lido no jornal indica que estes distintos indivíduos retratados pelo autor pertencem a uma parcela leitora, que estava atenta aos acontecimentos diários da cidade e discutiam sobre a necessidade das transformações. Mas, ao optar por não identificar, não dar nomes aos sujeitos, abre-se a interpretação de que pode ser qualquer pessoa, padeiros, comerciantes ou estivadores, por exemplo. O papel desempenhado na sociedade pouco importa para dar rosto ao envolvidos no diálogo, o que importa é que esse diálogo é plausível, verossímil de ocorrer nesse momento no Rio de Janeiro, pois em momento de mudanças tão radicais na malha urbana é natural que o conjunto de reformas no qual passava a cidade não fosse uma unanimidade entre a população.

Porém, a indicação de uma mudança de postura de um dos interlocutores, de crítico a entusiasta, num espaço de “quatro a cinco meses”, atesta a necessidade de se expor o “passo a passo” das mudanças, para que os moradores da cidade se tornassem, pelo menos, neutros as modificações no espaço urbano. A estratégia da crônica vai adiante à ideia de cooptação, já que o discurso de ambas as personagens são harmônicos com a ideia de melhoria. E João do Rio vai além, ao perdoar o equívoco de ir contrário ao progresso, como pode ser visto mais além no texto:

¹²⁴

Crônica. Gazeta de Notícias. 29/02/1904.

Mas, venha cá... não se envergonhe com isso... nós, homens, não estamos no mundo, senão para mudar de opinião todos os dias. E não pense que somente os brasileiros se revoltam contra todo o progresso. O grande Haussmann, em Paris, quando projetou a grande reforma da cidade, quase foi apedrejado nas ruas... O homem é sempre o mesmo, aqui como em Paris, na Rússia como na China, nos trópicos como nos polos...¹²⁵

Ao comparar a sociedade brasileira com outras sociedades, apontando que a insegurança com a mudança é algo da natureza humana – “o homem é sempre o mesmo” – ele aproxima os brasileiros dos franceses, que passaram décadas antes por uma reforma urbana que consolidou o ethos burguês, e mostra que assim como os europeus, uma mudança de cultura, a civilização, também pode ser alcançada aqui. No final da crônica, João do Rio ainda brinca com a ideia de que cedo ou tarde, a população ficaria orgulhosa da construção da avenida e assumiria uma espécie de responsabilidade sobre o feito:

“-Ainda espero vê-lo e ouvi-lo, por essas ruas, a dizer e a jurar que foi o senhor quem projetou as obras do porto, que foi o senhor quem construiu a Avenida e que foi o senhor quem salvou o Rio de Janeiro!”¹²⁶

Ou seja, passada a vergonha da resistência ao progresso, o povo chegaria à redenção, pois acabaria se vangloriando, de ter executado as obras, assumido a responsabilidade pelos feitos e salvo a cidade.

Enquanto a unanimidade não era encontrada em toda a imprensa e a crônica anterior transparecia o entusiasmo ao realizar o apoio as reformas, outros jornalistas mantinham suas ressalvas e críticas em relação ao projeto. “Entre pessoas tão entusiastas soa mal, naturalmente, qualquer frase menos ardente. Como, porém, nos atrevemos a supor que esse alvoroço de reformas, por parte dos representantes da nação, é um resultado do delírio de grandezas, de que parece estar acometido o governo, e que com igual veemência se passaria a deplorar essa preocupação de grandes obras, se o presidente da república pensasse dessa maneira, sentimo-nos muito a vontade para mais uma vez estranhar e deplorar este acomodamento nos gastos, esse arranque súbito de ostentações, esta facilidade de apelo ao capital estrangeiro para as obras de embelezamento da capital.”¹²⁷

Para o autor de tal crônica, que levou o título de “*Mais Juízo*”, a reforma na cidade é o resultado de grandezas que não deveriam caber à elite política

125

Ibidem.

126

Ibidem.

127

Crônica. O Paíz. 01/08/1903.

brasileira. No fragmento, fica claro o cerne da questão para o autor: os gastos públicos que o governo adquiriria a partir das obras. A preocupação com as despesas tem origem no fato de que a economia nacional começava a ser reerguer, a partir de negociações com o capital estrangeiro, após o fracasso da política econômica do *Encilhamento*, que anos antes deixara o país numa profunda crise econômica. De acordo com o autor, havia o receio de que a reforma resultasse fracasso, o que poderia acabar agravando o panorama econômico do país.

Apesar da preocupação com as finanças do Estado, a crônica não deixa de fazer uma crítica à opção encontrada pelo governo para atingir o progresso e a civilização para a nação:

Um povo não se faz grande de um momento para o outro, pelo simples fato de abrir avenidas com capitais que não se sabe poderá pagar com a pontualidade conveniente. Não é com carruagens e palacetes e festas deslumbrantes que o pobretão da véspera afirma de repente sua superioridade moral e se impõe ao respeito de uma sociedade fina.¹²⁸

Para o autor, a reforma e todas as mudanças que esta promove, não seriam suficientes para que a população se transformasse culturalmente a ponto de ser impor como uma “sociedade fina”, ou seja, uma sociedade civilizada. O que ele argumenta é que tudo aquilo que está sendo promovido seria no fim uma fachada, e que o ethos burguês que se almeja precisa muito mais do que a reforma para obter sucesso. Se as transformações materiais são vistas como marca do progresso, para o autor não é esse o ponto fundamental que o governo deveria se preocupar.

Contudo, o texto não apresenta nenhum tipo de proposta de intervenção, visando solucionar o problema de suas críticas. Tampouco se coloca, necessariamente, contrário à busca pela civilização por parte da elite. A intenção por parte da crônica fica muito mais em questionar, por um viés pessimista e descrente, a iniciativa do governo com a reforma urbana, dando a possibilidade de criar um questionamento por parte dos seus leitores. Ao optar por essa estratégia argumentativa o escritor mantém a sua obrigação de “compromisso com a verdade”, mesmo que se posicione contrário ao governo e crie um “mal estar”

¹²⁸

Ibidem.

com diversas pessoas. Para a análise da formação da opinião pública, o texto é enriquecedor, pois apresenta uma dissonância no discurso da elite letrada, no momento em que observamos que a ideia de civilização se sobrepõe à ideia de progresso.

Outra forma de criar uma imagem positiva na opinião pública a respeito da reforma é a moldagem do retrato dos políticos que protagonizaram as mudanças na cidade e, nesse caso a construção que a imprensa cria a respeito do prefeito Pereira Passos. Novamente numa crônica, João do Rio faz um esboço ao leitor da figura do prefeito, visando mostrar sua vida, seu caráter e a sua individualidade. Expor a figura pública do prefeito significava criar uma superposição da vida privada no público, exercendo uma atração por meio da apresentação da intimidade da figura em questão.¹²⁹ Nesse caso os sentimentos do prefeito, o tornavam mais autêntico, mais próximo do povo, na medida em que estes acreditavam em características apresentadas. Por isso, Pereira Passos é descrito da seguinte forma:

- Pois não acha que seja? Francamente, meu caro, o Passos tem dois empregos, o de prefeito e o de mostrar aos nossos homens o que é a energia. O Passos é um homem que naquela idade [66 anos] quase não se senta.¹³⁰

Na estrada, quando diretor, escrevia como joelho na cadeira, de pé, modificava plantas aos gritos e lápis, e conseguia ser amado, ter no pessoal o empenho de sua obra. Os funcionários que trabalham com tal homem acabam julgando-se cada um uma utilidade imprescindível à pátria, sob a direção fatal de uma grande força.¹³¹

Descrever o prefeito como um senhor de idade, dedicado mostrar que tem energia e indicar que ele trabalha sem nenhum tipo de postura que se espera de uma personalidade política – “escrevia com o joelho na cadeira, modificava plantas aos gritos e lápis” – cria uma imagem de um indivíduo que não descansa comprometido com sua causa, nesse caso, a reforma e o progresso que ela levaria a cidade. Mas obviamente, o prefeito poderia ser visualizado sem uma erudição ou aproximação dos valores da razão burguesa que ele auxilia a se consolidar. Dai a comparação dos seus hábitos com a cultura britânica:

¹²⁹ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. Página 47.

¹³⁰ Crônica. *Gazeta de Notícias*. 29/02/1904.

¹³¹ Ibidem.

[...] Faz-se no seu *at-home* música a noite, a sua linda neta recita versos dos poetas ingleses, Passos conversa. De repente grita, alteia a discussão com um amigo, o amigo grita também, porque é pior não gritar, e a discussão que acaba sempre bem, com uma advertência de Mme. Passos, a figura tutelar daquele lar...

- Disse que S. Ex. tinha a mania inglesa?

- É uma biblioteca de primeira ordem, em que se recebem as novidades ultra brilhantes da literatura da Inglaterra. De resto, ele veste à inglesa, fala o inglês, educa a família a inglesa.¹³²

A adoção de uma lógica inglesa, nos hábitos diários – vestuário, vocábulos do idioma e de costumes das ilhas britânicas – se tornaram uma prática muito comum no início do século na cidade (Sevcenko, 2010, 533).¹³³ O próprio João do Rio usava constantemente palavras em inglês nas suas crônicas, como a expressão *at home* - *em casa* – aplicada no texto, remete a ideia do que o prefeito faz no seu espaço familiar. O indivíduo que estava em sincronia com a razão que se estabelecia não era esperto, malandro ou perspicaz, mas sim *smart*. O contraponto com seus gritos e seu ímpeto no seu trabalho são os hábitos ingleses, representação da civilização e da polidez, que esta traz.

Essa imagem construída em torno da vida do prefeito é decorrente das preocupações que a imprensa possuía em relação a quem ficaria a cargo de reformar o centro da cidade. Um mês antes da definição o posto, os periódicos cariocas especulavam diversos nomes de personalidades políticas da época (Azevedo, 2003, 261).¹³⁴ Como os fragmentos indicam a sua nomeação foi positiva, pois Pereira Passos era visto como um homem técnico alheio aos interesses pessoais da política nacional, como indica o fragmento abaixo:

Ao nomeado sobram qualidades que justificam as esperanças da população. Enérgico, superiormente preparado, com um excepcional tino administrativo, sem outras ambições que não sejam as de bem servir o seu país e de dignificar o seu nome, o Dr. Passos afigura-se nos ser o *right man* que todos queriam ver à testa da administração municipal. (O Paíz, trinta de novembro de 1902).¹³⁵

¹³²

Ibidem.

¹³³

SEVECENKO. Nicolau. “*A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio.*” In *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, P. 513-619, 2010. Página 533.

¹³⁴

AZEVEDO, André Nunes de. “*Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*”. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. 2003. Página 261.

¹³⁵

Crônica. O Paíz. 30/11/1902.

Apesar da boa recepção por parte da imprensa, esta não se esquece de que o mandato do prefeito foi imposto de forma ditatorial, a partir da suspensão provisória do conselho municipal por seis meses, no momento em Pereira Passos assume o cargo (Benchimol, 1992, 269).¹³⁶ Assim, era comum em matérias que questionavam as atitudes do prefeito, a lembrança que seu governo era ditatorial. Numa matéria, sobre a modificação do contrato concedido a empresa *Companhia Carris Urbanos*, intitulada “*Dois Coretos*”, do jornal *O Paiz*, a opção tomada pelo prefeito e o fato de que não havia espaço para o questionamento de seus atos é evocada da seguinte forma:

As modificações dos contratos de empresas de viação urbana deveriam merecer do prefeito uma atenção especialíssima e, num regime democrático como o nosso, em que nem por se justificar com a necessidade suprema de salvação, deixa de ser uma exceção perigosa a ditadura que lhe foi conferida, maior empenho nos cumpria esperar de S. Ex. em solicitar certos atos o debate sempre fecundo dos órgãos de publicidade.¹³⁷ (O Paiz, vinte e um de fevereiro de 1903).

A mensagem do autor é clara: apesar de concordar com a “necessidade suprema de salvação”, que levou a imposição do governo autoritário de Pereira Passos na cidade, há o reconhecimento no perigo que tal governo representa para a política republicana. O repórter ainda vai além ao apontar que esperava que o prefeito levasse ou permitisse a imprensa o debate sobre a decisão, o que indica a dissonância de discursos entre a municipalidade e as redações.

A crise encontrada, em diversos momentos, entre os discursos do governo e a fala da imprensa, não representa uma ameaça à consolidação do *etho* burguês na cidade do Rio de Janeiro. Porém é mais um indicativo de como as elites interpretava de maneiras distintas as estratégias que deveriam ser adotadas pra tal feito.

Enquanto o governo e parte da elite adotavam que o progresso e seus ganhos materiais eram um caminho possível para a imposição da razão burguesa, a imprensa e outras parcelas da elite acreditavam em perspectivas civilizatórias moralizantes, mais do que nas transformações materiais, como o ideal para a

¹³⁶ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Página 269.

¹³⁷ Crônica. O Paiz. 21/02/1903.

forma moderna que se criava na cidade. Curiosamente, é essa tensão que vai permitir que em determinados episódios, a imprensa se posicione a favor do discurso popular e contrária aos melhoramentos evocados pelo governo.

3 – Quando as falas divergem: As cisões entre as elites, governo e o povo no contexto das reformas urbanas.

No ato de moldar a opinião pública, a imprensa cria imagens sobre diversos aspectos da vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro, que se encontra em constante metamorfose, com o estabelecimento progressivo do *ethos* burguês. Nesse processo de expor os acontecimentos, os jornais acabam gerando diferenças entre os seus discursos e as falas do governo.

Apesar de indicar uma possível oposição de interesses entre esses dois grupos, a dissonância produzida pelo discurso da imprensa e pela fala do Estado na realidade é oriunda de um debate maior. Tal querela diz respeito sobre em que alicerce deve se apoiar a razão burguesa no país. Ainda que as elites pensem de fato em uma ideia de futuro para o país e sua capital federal, elas não chegam a um discurso comum. Por isso, que a imprensa acaba, em alguns momentos criticando determinadas posturas do governo, como algumas posturas municipais, o abuso de gastos públicos e repressão a representações culturais, tradicionais do espaço urbano carioca.

Na realidade, toda essa tensão é resultante do fato de que os conceitos de *civilização* e *progresso* são interpretados de forma distinta pela imprensa e pelo Estado. O governo republicano definiu que a melhor forma de estabelecimento da razão burguesa era pela via das transformações materiais e normatização dos hábitos, por meio de códigos de posturas a serem adotados obrigatoriamente por parte da população. Dessa forma, a *Ordem e o Progresso* seriam atingidos por meio das reformas urbanas, de uma política rígida de higiene e vacinação obrigatória e da adequação forçada do brasileiro ao novo ritmo que lhe era imposto. Esse pensamento é nítido na fala do presidente Rodrigues Alves:

Quando em 15 de novembro de 1902, assumi o governo, tomei o compromisso formal de empenhar todos os meus esforços em prol dos grandes interesses nacionais (...); cuidar, em suma, da vida econômica do país, e, especialmente, do saneamento e remodelação desta capital, como condição indispensável para que

todos os elementos de progresso possam ser ativados eficazmente (Alves, 1906).¹³⁸

Já a imprensa acreditava que a melhor maneira de consolidar a razão burguesa poderia ser feita por uma relação didática com a sociedade, sem a necessidade da rigidez aplicada pelo governo. No momento em que se cria uma opinião pública, almeja-se criar uma proximidade com seu público leitor, o que facilita a sua cooptação. Por isso a imprensa acredita que o melhor caminho é a *civilização*, ou seja, a criação de uma nova cultura social, por meio da educação, que não implicaria necessariamente na necessidade da imposição de leis ou de mudanças materiais. João do Rio, em uma crônica de 1903, aponta a necessidade de educar a população da cidade:

Ah! Decididamente, não é multidão que nos falta. O que nos falta é povo. E a diferença é somente esta: multidão é a nossa massa anônima e analfabeta, e povo é a multidão educada. Venham escolas, Dr. Passos, venham mais escolas.¹³⁹

É claro que a imprensa não vai se colocar sempre contrária ao governo, ainda mais sabendo que vivem fundamentalmente das benesses do poder público.¹⁴⁰ Contudo, no momento em que os conceitos de civilização e progresso não se alinham, é que se percebe a complexidade da formação da razão burguesa e, principalmente, como são entendidos pelas elites, os espaços de sociabilização e a própria população.

3.1 A brigada dos mosquitos

Ao longo do governo Rodrigues Alves foi executada, com muito ímpeto, uma política sanitária, ligada aos processos de reforma urbana com o intuito de combater os surtos epidêmicos, que passaram a ocorrer com cada vez mais frequência na cidade. Dessa forma, o governo deu prioridade ao combate de

¹³⁸ Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. Mensagens Presidenciais. Maio de 1906. Op. cit. p. 377.

¹³⁹ Crônica. Gazeta de Notícias. 15/06/1903

¹⁴⁰ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. Páginas 48.

doenças como atuavam sobre a população de maneira indiscriminada e em largas proporções, como a febre amarela. Para combater tal moléstia foi criado a *Diretoria Geral de Saúde Pública*. A partir de abril de 1903, o combate à doença era executado pela cidade, que passava a ser dividida em distritos sanitários, chefiados por um delegado de saúde, auxiliados por médicos, inspetores sanitários e pelo pessoal do serviço municipal de higiene defensiva e limpeza pública, que passaria a fazer inspeções sanitárias nas habitações.¹⁴¹ Esses homens, em especial, passaram a ser conhecidos como *a brigada dos mosquitos* ou *mosquiteiros*. Em dezembro de 1903, o *Jornal do Brasil* emitia uma nota de opinião sobre o boletim estatístico sanitário, lançando pelo governo, abordando a questão da higiene e a atuação de tais homens:

Em compensação, acusa o boletim que foram feitas quatro mil e tantas desinfecções e que a brigada dos mosquitos (braços armas!) realizou duzentos e tantos expurgos e destruiu cento e tantos focos de larvas. Os *calicidios* foram surpreendidos pelas vassouras e pelos desinfetantes da brigada, em seus próprios ninhos, tudo de acordo com as instruções vigentes. Mataram-se também alguns ratos. O número de visitas domiciliárias foi de quarenta e tantas mil.¹⁴²

Apesar da funcionalidade da atuação da brigada problemas ocorriam, atrapalhando a eficácia do combate a febre amarela. Entre os dias treze e quinze de abril de 1904, os periódicos analisados - *A Gazeta de Notícias*, *O Jornal do Brasil* e *O Paíz*, – reportavam um episódio de uma tentativa de greve, por parte dos funcionários de um regimento da *Diretoria Geral de Saúde Pública*, que estavam com seus ordenados atrasados por alguns meses. O episódio chama a atenção não só por ser uma greve, manifestação que era proibida pela constituição republicana, mas sim, pelas abordagens que os jornais vão apresentar em relação ao evento, seus envolvidos e no contexto do quais estes fazem parte: a sanitização da cidade.

O *Jornal do Brasil* começa sua narrativa dos fatos, sob o título *O Pessoal da Higiene* da seguinte forma:

Seguindo o exemplo dos cocheiros do desinfetório central, que anteontem se declararam em greve, por não receberem os seus ordenados, uma parte do pessoal

¹⁴¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Página 297.

¹⁴² Crônica. *Jornal do Brasil*. 18/12/1903.

destacado na seção de profilaxia a febre amarela, instalada na Rua do Lavradio n.122, seção esta a cargo do Dr. Carneiro de Mendonça, também se declarou em greve.¹⁴³

O periódico segue relatando o episódio, explicando que os funcionários de tal repartição estavam com dois meses de salários atrasados e, por isso, declararam-se em greve e tentaram impedir outros agentes de higiene de trabalhar, evento que gerou um protesto e início de confusão pelas ruas do centro da cidade, resultando na atuação da polícia, com a prisão de alguns envolvidos e a ocupação da repartição, por parte da força policial. A reportagem seria de cunho meramente informativo e imparcial se o jornal não deixasse uma crítica implícita no seguinte fragmento:

Desde muito cedo, eles [os trabalhadores] estavam a postos, aguardando o almejado momento de ser embolsados, após tantos dias de verdadeira penúria. Alguns chegaram a conhecer a miséria do lar e até de um sabemos que os seus modestos móveis foram para o depósito público, por execução de um senhorio de um prédio onde morava. É fácil compreender a ancia com que essa pobre gente esperava ser chamada para o pagamento.¹⁴⁴

No momento em que traz o drama pessoal de um dos funcionários, que foi despejado de sua casa, o jornal busca criar uma aproximação dos grevistas com seu leitor, usando-se de uma argumentação passional. Mas, o periódico deixa claro que estrato social compunha os insubordinados, no momento em que usa os termos “miséria do lar” e “pobre gente”.

Seguindo essa ideia - de justificar a greve relacionando-a com a classe social dos envolvidos, - o jornal *O Paíz*, narra o mesmo episódio, sobre o título *Mosquiteiros em greve*, já apontando a função que tais pessoas desempenhavam, para construir uma imagem clara dos envolvidos. Dentro da perspectiva de uma descrição dos grevistas, a matéria se inicia da seguinte maneira:

O desenvolvimento dos serviços da higiene pública veio proporcionar trabalho, não há muito tempo, a um grande número de homens que, a falta de emprego, aliada a carestia da vida, nesta quadra que atravessamos, conduziu as portas da miséria. Tal fato, que a princípio alentou aqueles pobres empregados, está lhes criando agora, por causas que todos estranham, embaraços extraordinários: é que não lhes pagam os vencimentos e os fornecedores não os querem tratar mais

¹⁴³ *O Pessoal da Higiene*. Jornal do Brasil. 14/04/1904.

¹⁴⁴ Ibidem.

como pessoas desprovidas de recursos, exigindo que paguem suas contas atrasadas.¹⁴⁵

Ao relacionar o desenvolvimento da política de higiene pública com os novos empregos que são criados, o jornal inicia a sua argumentação dentro de uma lógica onde o progresso promovido pela sanitização trouxe melhorias materiais significativas para a população, principalmente os estratos mais pobres que eram afetados pela “falta de emprego, aliada a carestia da vida”. Porém, ao falar que o que o trabalho que “alentou aqueles pobres empregados, está lhes criando, embaraços extraordinários”, cria a ideia de que os ganhos materiais se apresentam como um obstáculo à vida dessas pessoas, pois não conseguem mais honrar com seus compromissos, não pagando assim, suas contas atrasadas. O uso da palavra “embaraço” é fundamental na construção da argumentação, já que tal verbete remete a ideia do constrangimento. Ou seja, os empregados estavam constrangidos, pois já tinham emprego, deveriam cumprir seus compromissos pagando suas contas, mas eram impedidos pelo governo, que não cumpria com suas obrigações.

Na matéria intitulada *Greve: A brigada dos mosquitos*, do jornal *Gazeta de Notícias*, a questão do não cumprimento pagamento, combinado pelo governo também é exposta:

O motivo do descontentamento entre esse pessoal já vem de longe. Nunca recebem em dia o pagamento de seus ordenados, estando os mesmos atrasados mais de dois meses. Afinal tinha sido marcado para ontem o pagamento de um mês, e isso, conquanto satisfizesse por completo aqueles trabalhadores, viria a trazer de alguma forma o meio para saírem de algumas das suas necessidades.¹⁴⁶

A crítica clara a atitude do governo se torna mais implícita por parte de dois dos periódicos. No mesmo texto o *Jornal do Brasil*, expõe o seguinte posicionamento sobre a postura do governo:

É realmente para lamentar que se gastasse dinheiro às mãos cheias em aquisição de custosos prédios, veículos de todos os modelos, bicicletas e até automóveis e não se lembrassem de que fatalmente esse esbanjamento arrastaria o mau tino administrativo a presenciar os espetáculos de ontem e anteontem.¹⁴⁷

¹⁴⁵ *Mosquiteiros em Greve*. O Paíz. 14/04/1904.

¹⁴⁶ *A brigada dos Mosquitos*. Gazeta de Notícias. 14/04/1904.

¹⁴⁷ *O Pessoal da Hygiene*. Jornal do Brasil. 14/04/1904.

Ou seja, o progresso material representado pela aquisição de novos equipamentos e construção de prédios é visto criticamente pelo periódico como “esbanjamento”, um mau uso da verba pública, que é resultado direto do que o jornalista considera uma prudência equivocada da administração municipal. Se os funcionários estão sem receber seus salários à culpa é exclusivamente do governo, que não soube ter juízo com as suas finanças. A crítica aos gastos do governo com as reformas é algo recorrente nos jornais ao longo dos anos de 1903 e 1904.

A *Gazeta de Notícias* segue a linha de raciocínio de indicar que as greves e descontentamentos de funcionários públicos que ocorrem são resultantes da incapacidade administrativa do governo. Um dia depois de relatar a paralisação dos funcionários da higiene, o jornal lança uma matéria intitulada *Calotes Oficiais*, que trabalha com seguinte argumentação:

O Estado ou a fazenda pública, entre os numerosos privilégios que goza, não pode decentemente contar mais o de não pagar em dia os seus funcionários. Quando estes são nomeados e entram para o serviço público, fica tacitamente celebrado um contrato entre eles e o Estado. Eles são obrigados a bem servir, a obedecer os regulamentos, e quando o não fazem são multados, suspensos, demitidos e até podem ser processados. Mas quando é o Estado que não cumpre o contrato, quando é o Estado que por um lado exige o serviço e por outro retém indevidamente o salário que representa a subsistência do funcionário e da sua família, que recurso tem o funcionário contra ele? Unicamente o de continuar a trabalhar sem ver a retribuição de seu trabalho.¹⁴⁸

A dissonância entre o discurso da imprensa e a fala do governo é clara. A linha argumentativa de que há um entendimento entre o Estado e seu funcionário, que deve ser fielmente cumprido por ambas as partes, é fundamental para o entendimento de que imprensa deseja formar uma ideia para o seu leitor de que as relações sociais são regidas por contratos sociais, por comprometimento entre duas partes. Mais uma vez, o ideal civilizatório, de aprimoramento social, é apresentado indiretamente pela imprensa. Na razão burguesa que toma forma na cidade e no país, o cumprimento das obrigações é necessário aos indivíduos, mas também ao governo. Não obstante, o jornal vai dizer que:

¹⁴⁸

Calotes Oficiais. *Gazeta de Notícias*. 15/04/1904.

Se o Estado não paga em dia, seja qual for o motivo, perde o direito de exigir o serviço também em dia. O contrário é um abuso, e abuso tanto mais intolerável, que o próprio Estado com sua legislação garante contra ele todos os particulares que dele possam ser vítimas.¹⁴⁹

Se o Estado comete um abuso ao não pagar em dia seus funcionários, que dependem diariamente dos ordenados, e que não tem outra escolha a não ser continuar trabalhando sem ver a cor dos salários, quem passa a ter a função de denunciar os abusos, dentro dessa perspectiva, é a própria imprensa, que conhecedora dos mecanismos legais pode conscientizar a população, por meio da formação da opinião pública, se tornar a voz do povo.

A partir do momento em que fica claro quem são os agentes envolvidos, porque eles reivindicam o pagamento de seus ordenados e qual é a culpa do governo nesse quadro, a imprensa parte para deslegitimação da greve, criando uma imagem negativa do protesto. Nesse sentido os jornais são bem parecidos e dão as seguintes narrativas:

“Isso feito [a greve], grande massa, composta de empregados da higiene saiu para a rua e em altas vozes bradava por providências. Um grupo desses tomou pela Rua do Lavradio em direção ao centro da cidade, mas ao chegar próximo da Rua da Relação encontrou um dos veículos da higiene, que conduzia empregados da mesma repartição. Esse veículo foi atacado pelo grupo. Estabeleceu-se alarma e pânico dos transeuntes, a sentinela da repartição central de polícia bradou às armas, a guarda formou e o Dr. Nunes Machado, terceiro delegado auxiliar, que se achava naquela repartição, saiu para providenciar no local.”¹⁵⁰

“Os grevistas saíram para a rua, protestando em altas vozes e dispostos a impedir que os veículos saíssem com as turmas dos que não haviam aderido ao protesto com os demais companheiros. Três veículos foram assaltados pelos grevistas, quais não foram mais longe, por ter a sentinela da repartição central de polícia bradado as armas e ter saído, imediatamente, para a rua uma força de infantaria de polícia, seguida pelo segundo e terceiro delegados auxiliares.”¹⁵¹

“Eram cerca de 500 homens que, desesperados com a má nova recebida, saíram para a rua, protestando aos brados. Encontrando um veículo daquela repartição, à esquina da Rua da Relação, o numeroso grupo de grevistas tentou vira-lo. Mas, como se avisassem à polícia do ocorrido, o Sr. Dr. Tobias Machado, terceiro delegado auxiliar, que saiu com auxiliares e praças, chegou àquele local a tempo de impedir a violência.”¹⁵²

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ *A brigada dos Mosquitos*. Gazeta de Notícias. 14/04/1904.

¹⁵¹ *O Pessoal da Higiene*. Jornal do Brasil. 14/04/1904.

¹⁵² *Mosquiteiros em Greve*. O Paíz. 14/04/1904.

Ao expor o ato de greve e a tentativa de protesto dos trabalhadores, os jornais narram com relativa exatidão como e onde a manifestação foi contida. Mas deixam determinados posicionamentos claros. Tanto a *Gazeta de Notícias* como *O Paíz* narram que apenas um veículo foi atacado pelos grevistas e, ainda sim, no momento do ataque, a polícia militar impediu tal ato. Já o *Jornal do Brasil* narra que três veículos foram atacados. Apesar de não haver consenso na quantidade, sabemos que houve a destruição de patrimônio. O próprio *JB* indica que o ataque só ocorreu porque alguns funcionários do departamento de higiene não concordavam com a greve. Independente disso, a questão é expor a violência que a manifestação dos funcionários promoveu nas ruas da cidade.

Quando os trabalhadores são descritos como desesperados, remete-se a uma imagem de indivíduos enfurecidos, sem esperanças. Como se a questão dos pagamentos estivesse irremediavelmente perdida, que vai se somar ao uso dos termos “altas vozes” e “brados” para criar um clima de caos nas ruas do centro da cidade. Além de ser eficaz para difamar os trabalhadores que, em sua manifestação colocaram em risco toda a ideia de passividade das ruas - através da dessensibilização dos corpos, por meio do aumento da circulação de pessoas e veículos -,¹⁵³ há também a ideia de legitimar o poder da imprensa como sendo o único espaço válido para protestos, já que não atrapalham o cotidiano do espaço urbano. A crítica ao protesto também é vista no artigo *Calotes oficiais*:

Infelizmente a greve não se manteve no terreno calmo do protesto em que se devia conservar, e alguns ou bem poucos grevistas entregaram-se a excessos que determinaram a intervenção da autoridade policial. É legítimo o direito de cada um trabalhar ou não e ainda mais legítima é a recusa a trabalho não retribuído. Mas a recusa ao trabalho por parte de uns não comporta a pressão sobre outros, por ameaças ou por qualquer outro meio violento.¹⁵⁴

Ainda que a imprensa não aborde nenhuma perspectiva em relação à organização mais complexa dos trabalhadores, abordando qualquer ideologia política ou conscientização dos funcionários grevistas, o ato da paralisação em si vai ser usado com chamariz para despertar o interesse do leitor. Como se sabe, durante o período da Primeira República protestos de trabalhadores eram

¹⁵³ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. Página 368.

¹⁵⁴ *Calotes Oficiais*. *Gazeta de Notícias*. 15/04/1904.

normalmente tratados como casos de polícia, o que explica a atuação do efetivo militar para reprimir a manifestação, além da prisão de alguns dos envolvidos. E notícias envolvendo a atuação policial despertavam cada vez mais a preferência do público.¹⁵⁵ Tanto que no final das reportagens, narrava-se sobre as prisões e o fim da greve:

Estes presos foram recolhidos ao xadrez da repartição central de polícia, sendo à tarde, postos em liberdade por ordem do Dr. chefe de polícia. Estas correrias alarmaram polícia que requisitou, da brigada 50 praças de infantaria e 30 de cavalaria, que momentos depois, chegaram à repartição central, comandadas pelo alferes Assis de Andrade. Ao meio dia estavam calmos os ânimos, mantendo-se entretanto, em greve, cerca de 500 homens.¹⁵⁶

A partir da paralização temporária dos serviços de combate a febre amarela, executados pelos grevistas, e das críticas contundentes da imprensa, o governo do município vai cuidar rapidamente para que o fluxo da cidade seja normalizado e a paralização encerrada. Assim narram os jornais que o diretor geral da saúde pública, Oswaldo Cruz, negociou rapidamente com o governo federal uma verba, chamada pela imprensa de *Socorros públicos*, para os pagamentos dos salários atrasados.¹⁵⁷

Ainda que a greve dos mosquiteiros tenha sido um pequeno episódio dentro do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, ela apresenta como os discursos da imprensa não necessariamente vão de acordo com a política do governo, no que tange a medidas práticas adotadas pelo Estado para se obter o progresso desejado e apresentam como a imprensa articular o seu poder de manipulação e formação de opinião pública, aproximando o seu discurso do público leitor. Ressoando ainda a questão da greve, no dia quinze de abril de 1904, o *Jornal do Brasil* expunha a seguinte charge em sua capa:

¹⁵⁵ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. Páginas 39.

¹⁵⁶ *O Pessoal da Hygiene*. *Jornal do Brasil*. 14/04/1904.

¹⁵⁷ *A brigada dos Mosquitos*. *Gazeta de Notícias*. 14/04/1904.



Figura 4— Charge da capa do Jornal do Brasil, quinze de abril de 1904.

O diálogo entre os agentes da higiene, mostra por meio de um trocadilho o problema que enfrenta o governo e, mais uma vez a crítica da imprensa. A ordem do chefe, nesse caso, o prefeito, de por abaixo os tapumes é, por meio do humor, relacionada com a greve, “Grita porque fazemos tabiques e grita porque vocês fazem paredes”. Paredes nesse caso, a greve.

Se a imprensa é crítica, da opção por valorizar as transformações materiais, em detrimento de uma maior abordagem da transformação dos hábitos sociais, a estratégia que ela vai adotar vai ser, em alguns momentos, coadunar seu discurso com os interesses da população da cidade, para demonstrar o poder que possui ao formar a opinião pública, intensificando os atritos com o governo.

3.2 A questão da vacinação obrigatória

Se a campanha contra a febre amarela impulsionou a polarização de ideias, mobilizando o governo e a imprensa, colocando-os ora no mesmo lado, ora contrários, como no caso da greve da brigada dos mosquitos, a questão da vacinação obrigatória inflamaria mais ainda os debates da elite e da população carioca, entre os anos de 1903 e 1904. Tais debates estão em parte centrados, na crítica às posturas municipais, que assentadas em uma lógica de progresso, afetavam drasticamente a vida da população, e eram interpretadas pela imprensa como uma ameaça as liberdades e direitos da população carioca. O decreto n.5.157, por exemplo, concedia as autoridades sanitárias o direito de demolir prédios considerados insalubres, gerando críticas contundentes que apresentavam Osvaldo Cruz como o “general mata mosquito” e Pereira Passos como o ditador do Distrito Federal.¹⁵⁸ Apesar das críticas e do reconhecimento por parte da imprensa, do autoritarismo concedido ao prefeito, é a partir do projeto de lei de vacinação obrigatória que a imprensa se posiciona com mais afinco.

No dia vinte e oito de junho de 1904, o governo enviava ao congresso o projeto de lei que instituía a vacinação e a revacinação obrigatória contra a varíola no país, como narra, em pequeno informe, a *Gazeta de Notícias*:

No expediente, só houve um orador, o Sr. Manuel Duarte, que, como membro da comissão de saúde pública, apresentou e justificou da tribuna, um projeto de lei estabelecendo em toda a República a obrigatoriedade da vacinação e revacinação antivariólica.¹⁵⁹

O periódico *O Paíz*, dedica um pouco mais de espaço sobre tal projeto e sobre os argumentos para tal lei, como se vê no fragmento abaixo:

Pensa a comissão, disse o senador por Alagoas [Manuel Duarte], que essa obrigatoriedade é medida complementar na reforma de higiene, decretada em fins

¹⁵⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Página 299.

¹⁵⁹ *Notícias da Câmara*. *Gazeta de Notícias*. 28/06/1904

do ano passado, tanto mais justa, necessária e urgente quando reúne em seu favor grande número de opiniões, mesmo entre os legisladores, a tal ponto que só por mal entendido a respeito a crenças religiosas foi riscada da aludida reforma.¹⁶⁰

Fica mais claro entender o objetivo de tal reforma a partir da fala do político. O aumento dos casos de varíola na cidade, na primeira metade do ano, traz de volta a ideia da vacinação obrigatória, que já havia sido vetada pela própria câmara no ano anterior. A epidemia e a falha na tentativa de impor uma obrigatoriedade à vacinação já haviam sido abordadas pela imprensa dias antes.

Infelizmente tem-se desenvolvido uma grande epidemia de varíola, exatamente uma das moléstias epidêmicas, contra qual os defensores da saúde pública se acham desarmados, pois só podem prevenir e evitar o seu desenvolvimento, intervindo apenas depois de observados os casos, para evitar seu contágio, pelo isolamento dos doentes.¹⁶¹

Sobre a tentativa de impor a obrigatoriedade:

Acresce que essa autoridade acha-se desarmada do único modo de combater essa epidemia: a vacinação obrigatória. A câmara dos Srs. Deputados entendeu ano passado que essa medida era vexatória para a população e atentava contra a liberdade individual. Para a rejeição dessa medida, não deixou de contribuir a diversidade de opiniões sobre a eficácia desse meio preventivo da moléstia. Houve quem afirmasse a sua completa inocuidade, firmando-se no fato de morrerem de varíola, indivíduos vacinados e revacinados. Salvo a respeito que devemos a tão abalizadas opiniões, devemos chamar a sua atenção para as estatísticas de toda a parte do mundo, pelas quais se demonstra que a varíola ataca e mata de preferência as pessoas não vacinadas e que quando esta moléstia ataca as pessoas vacinadas é de um modo atenuado. Ainda mais: em países onde a cultura científica não é inferior a nossa, como na Alemanha, a vacina é obrigatória, e não nos consta que essa obrigatoriedade seja considerada um atentado à liberdade individual.¹⁶²

Ou seja, os casos de varíola, que eram recorrentes na cidade e combatidos desde os tempos do império,¹⁶³ voltavam a afetar o cotidiano da cidade, a ponto da imprensa noticiar e se posicionar favorável à vacinação obrigatória, que era interpretada como melhor método de combate à doença. Se as imposições à vacina se baseavam em debates sobre a liberdade individual e a religião, a imprensa

¹⁶⁰ Crônica. O Paiz. 29/06/1904.

¹⁶¹ Crônica. Gazeta de Notícias. 26/06/1904.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011. Página 35.

começa a se posicionar contrária, pois interpreta que o combate contra a doença é uma medida que promove um desenvolvimento da sociedade, logo está dentro de uma ideia de civilização que esta almeja.

Apesar do projeto de lei ter sido apresentado no final de junho, somente duas semanas depois, quando este começa a ser debatido na câmara, é que a imprensa começa a se posicionar de forma mais contundente. A *Gazeta de Notícias* lança uma nota intitulada *A Vacina* que se inicia declarando que havia uma campanha levantada por parte da imprensa, contrária ao projeto de vacinação, que buscava apoio na fala do senador Barata Ribeiro. Contudo o jornal se coloca contrário ao posicionamento defendido pelo político ao dizer que:

No momento, é mais do que conveniente e necessário que a autoridade sanitária seja armada desse recurso, não só para que se possa eficazmente opor obstáculos ao desenvolvimento da epidemia de varíola, que está grassando de modo aterrador em alguns bairros desta capital e disseminado por todos, como também para que possa impedir a sua propagação, por outros centros populosos, ainda francamente abertos à invasão da peste, à falta de profilaxia defensiva.¹⁶⁴

Os outros jornais analisados publicam matérias sobre os debates políticos no mesmo dia. O período *O Paiz* segue o mesmo caminho da *Gazeta de Notícias* e aponta para a necessidade de que medidas urgentes, promovidas pelo poder público, são necessárias para o socorro dos habitantes. E ainda aponta para a questão da ignorância da sociedade ao dizer que:

A inercia e o atraso de grande parte da população, indiferente à sua própria garantia e quase sempre revoltada contra as regras mais mezinhas da higiene doméstica e os melhores processos da higiene pública, são fatores patogênicos incontestáveis.¹⁶⁵

Mais uma vez, o posicionamento da sociedade é colocado como um entrave para o seu próprio desenvolvimento. A resistência as medidas sanitizadoras, que são interpretadas pelo periódico como simples, são encaradas como um problema e capaz de gerar uma doença, que nesse caso seria a resistência a civilização.

¹⁶⁴ *A Vacina*. *Gazeta de Notícias*. 13/07/1904.

¹⁶⁵ Crônica. *O Paiz*. 13/07/1904.

Partindo por uma perspectiva distinta, o *Jornal do Brasil* narra o início dos debates na câmara sem necessariamente se posicionar contrário ou favorável a vacinação obrigatória. Contudo, decide publicar a argumentação do senador Barbosa Lima, que era contrária a imposição de tal lei, expondo assim a linha de pensamento de parte da elite política, que via o projeto como uma afronta as liberdades individuais. Argumenta o senador que:

Sabe o orador [o próprio] que centenas de operários que trabalham nas obras da Avenida se acham coatos. Ou aceitam a vacinação ou são demitidos. Pão e vacina, ou então não tem pão. É a obrigação pela fome. É o despotismo do mais forte que, em má hora, se esquece de que aquele que é realmente mais forte pode ser levantar... O orador pregará a reação contra esses fornecedores do cemitério e lástima que a soberania popular, que devia caracterizar o regime em vigor, seja apenas uma fleuma de retórica, pois que se afogam os rebentos dessa soberania em praças de ácido fênico.¹⁶⁶

A retórica, já criticada pelos outros periódicos, das liberdades individuais, vira o foco do *Jornal do Brasil*. Ainda que não se coloque contrário ou favorável à vacinação, no momento em que usa seu espaço para expor uma linha argumentativa, o diário mostra o quão heterogêneo era o discurso praticado pelas elites, naquele momento. O discurso de Barbosa Lima, que apela para argumentos como a fome e a força da população, indica que no caminho do desenvolvimento material promovido pelo governo, a população acaba sendo lesada, pela frieza adotada pelo regime, que passa a ser considerado despótico. Não é a toa que a charge do dia do jornal é sobre a interpretação do senador sobre a justiça do Estado.

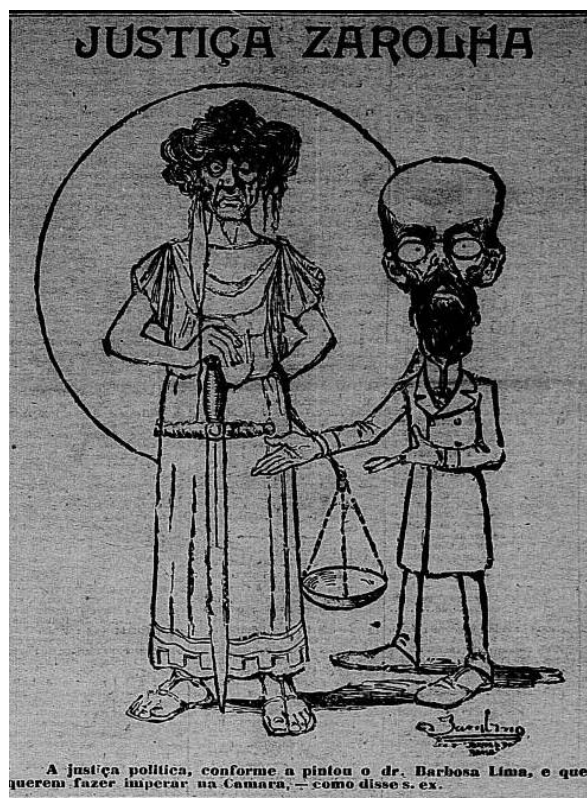


Figura 5 - Charge de capa do Jornal do Brasil, quatorze de julho de 1904.

A contundência da fala chama atenção também por não ser um discurso isolado na câmara, mas sim de um grupo organizado, que via por meio de determinados pressupostos a crítica vacinação. Apesar da intensidade dos discursos políticos, executados por figuras como Lauro Sodré, além do próprio Barbosa Lima,¹⁶⁷ encontrarem terreno para fortalecer seu posicionamento, e ganhar a atenção da imprensa, é na publicação de um folheto por Teixeira Mendes, um dos principais expoentes do positivismo no Brasil, em nome da Igreja Positivista do Brasil, que tais pressupostos são clarificados.

De acordo com os positivistas o problema da vacinação estaria centrado em dois pilares: O primeiro diz respeito a uma desconfiança da eficácia das vacinas. Segundo o documento, a diversidade dos juízos clínicos e a heterogeneidade dos tratamentos são suficientes para estabelecer que a vacinação

¹⁶⁷

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: Mentis insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Página 14.

não atenda aos critérios científicos, o que, para eles, coloca em cheque a eficiência, assim:

Esta incontestável verdade já basta para tornar bem problemática a utilidade possível da vacina, supondo que sua eficácia fosse real. Porque quem se vacina vicia *com certeza* o seu organismo para evitar um perigo que o poderia afetar ou não. E, considerada em relação à totalidade de uma população, ainda torna-se mais irracional semelhante prática. Porque a grande maioria vicia assim *com certeza* o seu organismo para evitar um perigo puramente quimérico. Observe-se agora que a eficácia da vacina está longe de achar-se cientificamente provada, e ver-se-á o quão descabido é preconizar semelhante prática.¹⁶⁸

O questionamento ou a negação da funcionalidade das vacinas contra a varíola já se apresentava no espaço da cidade do Rio de Janeiro desde a metade século XIX, quando se intensificou o combate à doença, adotando com mais intensidade o uso de tal profilaxia, ainda em pleno império. Logo, o sucesso dessa linha argumentativa não era nenhuma novidade para as elites cariocas. De acordo com Sidney Chalhoub:

Quanto à vacina, porém, as dificuldades foram maiores. A população local achava que a “vacinação produz varíola”, e o dr. Rebello não conseguira arrear tal “preconceito” de seu “espírito”. Ninguém comparecia aos pontos marcados para a vacinação. O médico se viu obrigado a percorrer as casas à procura de quem se deixasse vacinar, tentando convencer as pessoas das vantagens do recurso. Os moradores retorquiam com o argumento de que era “dispensável e até ilegítima a intervenção do médico no tratamento da varíola”. Eles acreditavam que qualquer intervenção enérgica no curso natural da moléstia seria prejudicial ao paciente. Sendo assim, não só se opunham à vacina como resistiam a alguns tratamentos tentados pelo doutor, que menciona expressamente, talvez estranhando o inapropriado do fato, não conseguir sequer aplicar “loções de água morna ou quase fria” nos doentes “em virtude da repugnância que mostravam as pessoas” que os rodeavam.¹⁶⁹

O segundo argumento dos positivistas está, obviamente na questão das liberdades individuais. Alegam estes que o governo, para manter a ordem social e garantir o progresso, estaria se degenerando em tirania e impondo a violência. Já que a premissa de não desejar ser vacinado, reside na ideia da premissa da posse

¹⁶⁸ “*Contra a vacinação obrigatória*”. Apostolado Positivista do Brasil, número 24, novembro de 1904.

¹⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011. Página 126.

inviolável do corpo e alma por parte dos indivíduos, que é semelhante ao direito de ter uma crença religiosa. Assim:

Ora, se ninguém nas nossas classes dirigentes ousaria hoje proceder de semelhante forma tratando-se de impor ou defender crenças católicas, como se pode justificar, perante a moral e a razão, que se imponham as torturas materialistas, só porque o Presidente da República e os mais representantes do poder temporal acreditam na eficácia social dessas torturas? Quando existiu maior tirania? Quando maior crueldade, maior desrespeito pela dignidade humana, mais revoltante pretensão à infalibilidade?¹⁷⁰

É esse argumento defendido pela igreja Igreja Positivista e seus partidários na imprensa e no governo, que vai servir como lastro para o combate ao projeto de vacinação nos meses que antecedem a aprovação de tal lei, em novembro de 1904. A intensidade das falas vai se acentuando a cada novo debate na câmara. E os jornais observados se apresentam cada vez mais participativos sobre o tema, conservando suas especificidades. Em uma nova nota, intitulada *Vacinação*, a *Gazeta de Notícias* volta a atacar o argumento dos positivistas.

A oposição ao projeto instituindo a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, baseia-se principalmente no fato desta medida atentar contra a liberdade individual ou contra a integridade física dos cidadãos. A grande maioria dos impugnadores do projeto não contesta, e pelo contrário, reconhece a eficácia da vacina como meio preventivo da varíola. O que eles contestam, porém, é o direito que tem o poder público de impor ao povo a obrigatoriedade da vacinação e da revacinação. [...] Logicamente, para chegarem a esse resultado, os opositores ao projeto deviam começar por extinguir e aniquilar todas as restrições postas à liberdade individual, não só quando se trata dos grandes interesses da coletividade no que respeita a saúde pública, mas quando se trata de interesses de outra ordem e de outra natureza.¹⁷¹

Essa linha de pensamento apresentada no fragmento é a que vai ser adotada por grande parte da imprensa, que é favorável a implementação da lei: invalidar o discurso da oposição acusando-os, a partir da premissa de “dois pesos, duas medidas”. Ou seja, de que as liberdades individuais, deveriam ser respeitadas e defendidas pelos positivistas em todas as esferas do cotidiano. O argumento positivista segue sendo alvo do periódico, com o intuito de deslegitimar o discurso. A estratégia é nítida principalmente a partir da publicação de uma carta

¹⁷⁰ “Contra a vacinação obrigatória”. Apostolado Positivista do Brasil, número 24, novembro de 1904.

¹⁷¹ *Vacinação*. *Gazeta de Notícias*. 28/08/1904.

de um positivista chamado Nilo Cairo, onde este vai as obras de Augusto Comte, para argumentar que a Igreja positivista e seu líder, Teixeira Mendes, estavam equivocados em ser contrários à vacinação, pois Comte era “partidário da eficiência real da vacina”.¹⁷²

No momento do segundo debate sobre o projeto de lei, todos os periódicos não deixaram de relatar o ocorrido em suas respectivas colunas sobre a câmara. Contudo, o *Jornal do Brasil*, diferente da *Gazeta de Notícias*, que se posicionou a favor da lei, continuou mantendo sua aparente neutralidade e, mais uma vez expôs, na íntegra a fala do positivista Barbosa Lima, além de colocar outra charge abordando de maneira irônica o projeto.



Figura 6 - Charge do Jornal do Brasil, vinte e oito de agosto de 1904.

A charge, diz respeito à proposta de emenda a lei, que garantiria a isenção da vacinação a alguns grupos sociais, retratados na imagem. O destaque é o desenho no centro da charge, de um jovem, que estaria isento por apresentar um atestado idôneo, comprando que este já havia sido vacinado e revacinado. O chargista brinca com o fato de que, o que atesta a sua isenção são as pústulas espalhadas pelo seu corpo, sintoma da varíola. Não é por acaso que o personagem em questão é negro, já que grande parte dos infectados pelo vírus eram indivíduos das camadas mais pobres e negros.¹⁷³

¹⁷² Crônica. *Gazeta de Notícias*. 26/09/1904.

¹⁷³ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011. Página 134.

Apesar de a imprensa assumir a tarefa de formador de opinião, e se tornar o espaço social de conscientização para a população, ao longo dos debates sobre a lei de vacinação obrigatória, o panorama se transforma a partir da aprovação de tal projeto e do início do que ficou conhecido, pela historiografia como a *Revolta da Vacina*. No dia dez de novembro, um pequeno aviso, com o título *Ao Povo*, figurava entre os classificados dos jornais.

Realiza-se hoje no largo São Francisco de Paula, às cinco e meia da tarde, um *meeting*, para protestar contra os desmandos do Conselho Municipal. Usarão da palavra o Dr. Hollanda Cunha, professor Rego Medeiros e os populares tribunos Pinto de Andrade J. Estruc e o estudante João Wanderley.¹⁷⁴

O anúncio, cujo autor se nomeava *A comissão*, convidava a população para um protesto, que na época era comumente chamado de *meeting*, - encontro, na língua inglesa, - para discutir sobre a regulamentação da vacinação obrigatória. Se a imprensa capitalizara os debates, ao longo dos meses, sobre a imposição da vacina e, tudo que esta publicava foi lido e conversado pela população, é natural que os jornais fossem utilizados também como veículo para mobilizar a manifestação popular, ainda que não fosse esse o objetivo da imprensa. O encontro realizado foi o primeiro de muitos conflitos entre o povo e o governo ao longo dos dias da revolta.

Percebendo que o controle sobre a opinião da sociedade temporariamente escaparam de suas mãos, os jornais cariocas vão abordar os conflitos de maneira pejorativa, depreciando a atitude popular e relacionando-a a violência e a intenções torpes. Os títulos das matérias sobre o primeiro dia de conflito já apresenta essa postura. Os três periódicos observados utilizaram as palavras *correria*, *meeting gorado*, *vaías e arruaças*, como forma de introduzir o informativo sobre o encontro popular. Além disso, como forma de deslegitimar a reunião pública, falavam alguns dos periódicos:

De antemão, porém, sabia-se que a convocação havia sido feita por troça, e por isso, um grupo de rapazes, vendo que se passava a hora indicada pelos boletins, entrou a simular o comício com arengas humorísticas.¹⁷⁵

¹⁷⁴ *Ao Povo*. Jornal do Brasil. 10/11/1904.

¹⁷⁵ Crônica. O Paiz. 11/11/1904.

Pela linguagem dos boletins, e pelos nomes que o assinavam, inclusive o de um moço que se acha fora desta capital, quase toda gente percebeu que se tratava de uma pilhéria. Talvez uma pilhéria de mau gosto que bem poderia acarretar consequências desagradáveis, como afinal ocorreu, finalizando em correrias.¹⁷⁶

Mais uma vez, o *Jornal do Brasil*, adotava uma linha distinta dos outros dois periódicos para abordar sobre o encontro. Ao invés de diminuir a atividade, relacionando-o ao escárnio, a chacota, o jornal prefere abordar que a população discutia sobre a vacinação.

Vem de longe a forte agitação no espírito público contra a vacinação obrigatória, hoje convertida em lei. Ontem foi publicado o projeto de regulamento para a mesma, adivinhando-se em cada palavra nele contido, o pensamento oculto de violências futuras, com todo o seu cortejo de humilhações à população. Nas ruas, nos cafés, nos bondes, no teatro, no palácio, como em casa do operário, não se discute outra coisa, senão essa lei que nos avulta.¹⁷⁷

Além de ser mais minucioso nos detalhes dos envolvidos, explicando sobre os enfrentamentos entre a polícia e o povo, o texto aponta para o quão pertinente era para a população tal lei.

Nos dias que se sucedem à revolta, a imprensa vai continuar abordando a tática de criticar a atividade popular, retomando pra si o controle dos debates e da opinião pública, de forma a coadunar o discurso com o governo. Em meio aos descontentamentos e a perda da passividade na esfera pública, é necessário para as elites um discurso uníssono. Em uma matéria chamada “*A manobra da vacinação*”, o jornal *O Paíz*, tenta apagar o incêndio provocado pela dissonância dos discursos da elite carioca. Ao longo de sua matéria, o embate de ideias, entre políticos na câmara legislativa, passa a ser visto como necessário ao ideal civilizatório, pois é enriquecedor para a sociedade brasileira:

A discussão sobre essa questão da vacina tinha se conservado no terreno doutrinário. O debate travado na câmara, com desusado ardor, havia-se mantido num tom geralmente elevado; eram doutrinas, eram escolas filosóficas, eram teorias que se entrecrocavam e debatiam. [...] A discussão que a medida sublevara era de natureza a não provocar resistências materiais.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Crônica. Gazeta de Notícias. 11/11/1904.

¹⁷⁷ Crônica. Jornal do Brasil. 11/11/1904.

¹⁷⁸ *A manobra da vacinação*. O Paíz. 12/11/1904.

Ao falar em “conservado no terreno doutrinário” fica nítida a ideia de que a partir desse momento, os debates não se tratavam mais de pensamentos conflitantes da elite burguesa, que viam a tensão entre a conscientização e a imposição da vacinação. Agora se tratava de enriquecer, por meio do debate a sociedade brasileira. Apesar dos ânimos exaltados, o objetivo sempre fora, de acordo com o jornal, o desenvolvimento da sociedade, de forma que esta progredisse. Mas se os políticos, sempre tão bem intencionados, tinham esse interesse desde o início, que interesse tinha a imprensa em trazer para as ruas a questão da vacinação? Prontamente, responde-nos o periódico:

Quando acaso, estivéssemos em face de um ato do legislativo ou do executivo que ferisse os direitos populares, que atentasse contra a constituição e as leis, o recurso a usar e aconselhar era a invocação da ação dos tribunais. Mais de uma vez, esse recurso tem sido empregado e ainda não falhou. Quando mesmo, porém, viesse um dia a falhar, há uma força entre os povos livres que é insopitável: é a força da opinião pública calma, serena e energicamente manifestada, contra qual nenhum governo é possível, porque o governo não é mais do que órgão dessa opinião.¹⁷⁹

O interesse da imprensa nos debates sobre a vacinação está relacionada aos mesmos interesses que esta sempre teve ao longo da formação do *ethos* burguês na cidade. Consolidar a razão burguesa, por meio da formação de uma opinião pública “calma, serena” e impossível de ser abrandada, sobre o controle das elites, que dominavam os jornais. Dominar a opinião pública, como o fragmento deixa claro, significa exercer um poder maior até mesmo que o governo.

Definida a nova estratégia da imprensa, em face dos descontentamentos populares, da Revolta da Vacina, era necessário isentar o povo de qualquer culpa, pois se objetivava retomar o controle da opinião pública, sem aumentar a cisão entre população, governo e as elites. Assim, era necessário impor um discurso de que a população havia sido manipulada por interesses escusos, de agentes políticos mal intencionados:

Como, porém, o que se pretendia não era senão fazer desta questão um pretexto para interessar a população uma agitação política e perturbar a paz, para melhor serviço das ambições incoercíveis, a par do debate teórico travado na câmara, encetou-se uma vívida propaganda, não nesse terreno em que se chocavam escolas filosóficas, mas no sentido de levar ao espírito do povo a convicção de que a vacina não era um preservativo eficaz contra a varíola, como se tinha aqui

179

Ibidem.

afirmado, mas um veículo de infecção, um meio de inoculação das mais graves e repugnantes enfermidades. [...] Quando o meio pareceu suficientemente preparado abriu-se o velário e o sr. Lauro Sodré apareceu revelando o que aliás, já todos tinham percebido: que não se estivera a ensaiar senão um drama, comédia ou farsa do gênero político.¹⁸⁰

A associação da imagem do político paraense com a liderança das sublevações foi feita pela imprensa, ainda nos meses que antecederam a revolta, já que o Lauro Sodré era, junto com Barbosa Sobrinho, uma das vozes positivistas no senado. Seu envolvimento se tornou mais nítido a partir da tentativa de sublevação e golpe militar no meio do caos da revolta, o que facilitou para a imprensa a construção do retrato de Sodré como o grande vilão. A personalização de um inimigo para o desenvolvimento da civilização e progresso na cidade foi importante para a retomada da opinião pública.

Com o estabelecimento do estado de sítio, a partir do dia dezesseis de novembro, a imprensa mantém sua posição de apoio às atitudes do governo federal, porém se mantém reticente de que sua liberdade possa ser retirada, já que alguns jornais haviam sido suspensos, o que leva a declarações de repúdio a tal atitude:

A índole desta folha exclui, preliminarmente, a hipótese de tratarmos de um interesse próprio, na profunda estranheza que nos causou a deliberação tomada pelo Sr. Dr. chefe de polícia, em nome do governo, de suspender de um dos órgãos de publicidade desta capital, mandando ao mesmo tempo, pela manhã, um dos seus delegados a todos os jornais da manhã para afim de exercer a censura prévia nas informações que deviam ser dadas ao público. Nunca em nossas colunas, encontramos a violência e a intolerância no exame dos atos do poder público e nesse exame sempre constituíram para nós um patrimônio sagrado o caráter e as qualidades das pessoas que o praticam. Portanto, podemos dizer com a segurança de não ser posta em dúvida uma sinceridade que tem o mais forte esteio nas nossas transcrições de jornalismo, podemos dizer que não é para a satisfação dos desejos ou de ambições que somos forçados aos reparos que ora fazemos.¹⁸¹

A nota de repúdio à censura, somada ao evento em si, indicam que no meio dos conflitos o governo não enxerga necessariamente a imprensa como aliada, e ao suspender a atividade de alguns periódicos, executa a estratégia de legitimar seu poder, mostrando que para os jornais o melhor caminho é a sincronia

180

Ibidem

181

Crônica. Jornal do Brasil. 16/11/1904.

dos discursos. Para os grandes jornais da cidades, aqui estudados, a censura serviu mais como um alerta, uma ameaça, uma demonstração de poder, no momento em que o governo considerava ameaçada o seu funcionamento pleno. Não é a toa que tais jornais apoiam o estado de sítio e, publicando que a relação entre imprensa e Estado não estava abalada.

Um nosso companheiro ouviu do Sr. Dr. chefe de polícia que o governo está disposto a manter a liberdade da imprensa. As restrições a essa liberdade, de acordo com a situação, é deixada ao critério da própria imprensa, antes de qualquer intervenção. Ontem mesmo o Sr. Dr. chefe de polícia mandou comunicar ao *Correio da manhã* que o governo resolvera suspender a proibição de sua publicação.¹⁸²

Resolvido o imbróglio entre a imprensa e o governo e garantida a paz nas ruas, com o fim da *Revolta da Vacina*, restava para a imprensa voltar se utilizar de seu discurso para a consolidação do ethos burguês. A questão da vacinação estava longe de ser resolvida, tanto que em 1905, o senador Barata Ribeiro conseguia revogação da lei da vacinação obrigatória,¹⁸³ tampouco estava resolvido o problema para população da cidade do Rio de Janeiro, que continuava a lidar com as transformações da razão burguesa, como demonstrou, nas últimas décadas, uma vasta historiografia sobre o período.

Contudo, para as elites e a imprensa, os debates sobre os caminhos entre civilização e progresso estavam temporariamente, resolvidos. O argumento das liberdades individuais, oriundos da elite positivista, foi sepultado com a tentativa de golpe durante a revolta. Os jornais, ainda que continuassem a tomar posturas críticas de determinadas atitudes do Estado, já haviam entrado em ressonância com os grupos governantes de que progresso material era necessário, mesmo que não implicasse no ideal civilizatório que estes almejavam. E principalmente, o governo sabia, entendia e permitia que a imprensa continuasse a legitimar o seu poder, por meio da criação da opinião pública.

As divergências entre os ideais de *civilização* e *progresso* no discurso das elites se apresentaram a partir do momento em que a imprensa, por não concordar

¹⁸² Crônica. Gazeta de Notícias. 17/11/1904.

¹⁸³ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Página 310.

com parte das medidas adotadas pelo Estado, passou a criticar e tornou público seu descontentamento nos jornais. Episódios como a greve da *Brigada dos mosquitos* e todo o imbróglio em torno da lei de vacinação obrigatória, que resultou nos casos de violência pela cidade, mostram a dissonância entre os discursos. Porém, no momento em que a população ocupa as ruas e se posiciona de maneira contrária ao governo e aos interesses das elites, é necessária a unificação de ambas as instâncias, - Estado e imprensa -, para reorganizar as estruturas mentais, apagando qual quer contradição entre a *civilização* e *progresso*, garantindo o sucesso do *ethos* burguês.

4 – Conclusão

A cidade do Rio de Janeiro, por ser a capital federal, vai se inserir dentro de um processo de transformação material e cultural, a partir do final do século XIX e início do século XX que é resultante da consolidação da razão burguesa no país. Apesar de estar diretamente relacionada a um fenômeno que já havia sido iniciado, décadas antes em outras grandes metrópoles mundiais, a consolidação da razão burguesa na urbe carioca não vai se produzir da mesma maneira, ainda que fosse esse o objetivo das elites que nela residiam.

A diferença na adoção do *ethos* burguês se fundamenta no fato de que a nova cultura que aqui se almejava impor, vai se relacionar com os valores aqui já existentes, que mesmo sendo substituídos, vão manter suas reminiscências. Assim, a modernidade e o novo ritmo cotidiano que as elites desejam tanto para o país lidam com uma sociedade que não vê problemas em manter certas posturas que, não necessariamente coadunam com o modelo europeu.

Dessa forma, para pensar a razão burguesa na cidade do Rio de Janeiro, deve ser observado o fenômeno da modernidade não como um modelo estático, engessado, sólido. Mas sim, em um conjunto de valores que, assumem uma determinada forma ao se relacionar com a tradição que já residia no âmago da sociedade brasileira. Nesse sentido, valores que eram interpretados dentro de uma lógica moderna como a passividade individual no espaço urbano, marcada pelo silêncio e a individualização, encontram dificuldades na sua reprodução por aqui. Ao invés de silenciosa calma no retorno a casa ou a ida ao trabalho, o que vemos na cidade, por meio de relatos na imprensa e na literatura, é uma sociedade que interage entre si, observando o compasso das mudanças.

As elites burguesas, interessadas em consolidar seu *ethos* vão ver na imprensa uma forma de facilitar a consolidação de seus valores, ainda que o analfabetismo fosse um empecilho direto a essa ideia. Acreditando na capacidade dos jornais de disseminar pensamentos, e no aumento de sua abrangência, - possibilitado pelos avanços tecnológicos, oriundos da própria modernidade -, a

imprensa acaba ganhando uma notoriedade no espaço social, maior do que ela já possuía anteriormente.

Junto ao crescimento dos periódicos se relaciona também, a percepção por parte dos literatos brasileiros, - como Olavo Bilac e João do Rio -, de que os jornais são, nesse momento, a forma mais eficaz de serem lidos pela população. Além do interesse dos novos donos dos periódicos, que começam a pensar nos seus negócios como grandes empresas, capazes de lhes proporcionar maiores lucros. Logo, a imprensa a partir do estabelecimento da República, se percebe inserida em um jogo de poder e manipulação maior do que possuía nos tempos do Império.

Como resultado há o surgimento de uma nova opinião pública, que resulta das mudanças na imprensa. Para formar essa propaganda, os jornais vão se utilizar de charges, de sensacionalismo e de anúncios, por exemplo. Ou seja, da aproximação com o seu público leitor heterogêneo, para se nomear a “voz do povo”. Ao mesmo tempo, seus agentes, - redatores e donos de jornais -, vão buscar criar um bom relacionamento com o governo republicano, visando ganhar benesses, ou até mesmo, não sofrerem nenhum tipo de retaliação ou censura, por parte desses.

A questão é que no momento em que a imprensa cresce em seu poder e influência na sociedade, ela começa a externalizar incongruências na realidade existente e nas possibilidades de atingir o patamar que desejam as elites. Um dos pontos fundamentais para essa desarmonia exposta pelos jornais está nos discursos adotados pelas elites brasileiras. Apesar de haver um consenso da necessidade de consolidar o *ethos* burguês, como forma de garantir sua hegemonia, as elites adotam orientações que, em certos momentos são desarmonicas. A incongruência em questão se visualiza no campo dos discursos adotados entre a imprensa e o governo.

O governo tem como base da sua argumentação a lógica de *progresso*, que é interpretado em seus discursos como o desenvolvimento material. Logo, para o Estado, as transformações urbanas promovidas na cidade, além de garantir um equilíbrio econômico, combater as epidemias e legitimar a república diante da população, também consolidariam o *ethos* burguês. A imprensa diverge em vários

momentos desse posicionamento adotado pelo governo, tecendo críticas ao exagero nos gastos públicos, nos excessos de empréstimos com credores estrangeiros e no autoritarismo adotado ao impor algumas medidas, como a vacinação obrigatória.

A crítica por parte da imprensa reside no fato de que, grande parte da elite que a compõe, vê como caminho para a consolidação da razão burguesa, o conceito de civilização. Tal ideia é entendida, no contexto, como polimento e desenvolvimento social, estético, moral e material. Essa visão é uma herança do modelo de desenvolvimento que o Império via para o país, o que nos indica como os modelos de pensamento que existiam no Brasil não haviam sido completamente sepultados com o advento republicano e a introdução da modernidade.

A partir dessa cisão entre *civilização* e *progresso*, pequenos embates vão surgindo na cidade, sejam no espaço material ou dentro do campo da disseminação de ideias. E por estar diretamente envolvida nesse conflito conceitual, é que a imprensa vai acabar dando espaço, em suas notícias para os conflitos sociais despontam por toda a cidade.

Nesse sentido, os anos de 1903 e 1904 se tornam objeto da análise, pois estão inseridos dentro do contexto das reformas urbanas, promovidas pelo governo federal e pela municipalidade da cidade. Momento onde as transformações materiais são maiores no cotidiano carioca, fazendo com que a população criasse um estranhamento às imposições de normas e costumes, enquanto a imprensa questionava a possibilidade da sua eficácia, ao expor os conflitos diários.

Os episódios de tensão popular são alimentados e usados pela imprensa como forma de legitimar a sua influência na sociedade, por isso os jornais dão destaque aos eventos, trabalhando-os de forma sensacionalista, buscando angariar mais assinaturas e vendas dos periódicos, como manter o controle sobre a opinião pública carioca.

Apesar dos discursos se mostrarem sensibilizados com a causa popular, no momento em que as elites percebem que seu controle ideológico e político sobre a

população é ameaçado, a imprensa toma pra si a responsabilidade de unificar os discursos, buscando apoiar o Estado e apagar qualquer dissonância.

O sucesso para a consolidação do *ethos* burguês reside no fato da imprensa conseguir moldar opinião pública de tal maneira, que mesmo com as tensões no espaço urbano e o descontentamento com o governo, esta consegue unificar as contradições entre *civilização* e *progresso*. Ao reorganizar as estruturas mentais da sociedade a partir de preceitos como uma suposta imparcialidade, o compromisso com a verdade nos fatos jornalísticos e personificação de interlocutor popular. Por meio dessa complexa construção argumentativa, os jornais conseguiram se tornar uma força política de fato na cidade, garantindo sua posição de poder sobre as massas e se consolidando como formador de opinião pública.

5 – Referências bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de. *A Reforma Pereira Passos: Uma tentativa de integração Urbana*. In Revista Rio de Janeiro, n.10, 2003.

_____. André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio (2003).

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. Marialva. *Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 20, n. 2, 1997.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. Charles. *Pequenos poemas em prosa [O Spleen de Paris]*. São Paulo: Hedra, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro à República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.

DE OLIVEIRA, Cláudia; VELLOSO, Mônica Pimenta; LINS, Vera. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DICKENS, Charles. *Tempos Difíceis*. São Paulo: Boitempo, 2015.

DO RIO, João. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. João. *O momento literário*. Google, Inc., 2013.

HERSCHMANN, Micael. *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIMA, Luiz Costa. *Mimeses e modernidade: Formas das Sombras*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Esau e Jacó*. Porto Alegre: L & PM, 2016.

NERY, Laura Moutinho. *Cenas da Vida Carioca: Raul Pederneiras e a belle époque do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PUC, 2000.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2016.

_____. Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: Mentres insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Nicolau. “Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república”. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio.” *In História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, P. 513-619, 2010.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Fontes primárias

Apostolado Positivista do Brasil, número 24, “Contra a vacinação obrigatória”: Novembro de 1904.

Gazeta de Notícias (Periódico diário): Anos de 1903 e 1904.

Jornal do Brasil (Periódico diário): Anos de 1903 e 1904.

Kosmos (Revista Mensal): Novembro de 1904.

Nove Mensagens Presidenciais (1890/1910). Brasília, Câmara dos Deputados/
Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 1978.

O País (Periódico diário): Anos de 1903 e 1904.